

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**LISIANE DA SILVA CORRÊA**

**A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA SOB UMA  
PERSPECTIVA TEÓRICA NEOCLÁSSICA, KEYNESIANA, SCHUMPETERIANA E  
DESENVOLVIMENTISTA.**

**Porto Alegre**

**2010**

**LISIANE DA SILVA CORRÊA**

**A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA SOB UMA  
PERSPECTIVA TEÓRICA NEOCLÁSSICA, KEYNESIANA, SCHUMPETERIANA E  
DESENVOLVIMENTISTA.**

**Monografia apresentada ao curso de  
Ciências Econômicas da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul, como  
parte dos requisitos para obtenção do  
título de Bacharel em Ciências  
Econômicas.**

**Orientador: Prof. Dr. Ricardo Dathein**

**Porto Alegre**

**2010**

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço à minha querida mãe, Cleonice, por todo seu esforço, carinho e incentivo empregados durante minha educação. Pois, sem esse afeto a trajetória para alcançar esta conquista não seria tão satisfatória;*

*Aos Professores da Universidade do Rio Grande do Sul, em especial ao Professor Ricardo Dathein, pelo conhecimento e orientação transmitida;*

*Aos colegas do Banco do Brasil Agência Bagé pela compreensão e apoio;*

*Ao meu namorado, Ivan Cesar, e sua família que me receberam tão calorosamente na cidade de Bagé. Obrigada pelos momentos de alegria e por toda afeição recebida;*

*E, finalmente, às amigas e aos amigos queridos conquistados na faculdade, por compartilhar conhecimentos e experiências inesquecíveis.*

## RESUMO

O trabalho analisa como diferentes correntes das ciências econômicas explicam teoricamente o desempenho da economia brasileira contemporânea e, a partir disto, propõem alternativas de políticas econômicas para a solução de problemas, com o objetivo de se alcançar melhor desempenho de curto e longo prazo. As concepções teóricas consideradas são a keynesiana, a neoclássica, a desenvolvimentista e a schumpeteriana. Esta discussão é feita através da apresentação do pensamento de acadêmicos e intelectuais das ciências econômicas, com formação nestas correntes de pensamento, sobre diferentes aspectos da realidade econômica apresentados no trabalho.

**Palavras-chave:** economia brasileira; neoclássicos; keynesianos; desenvolvimentistas; schumpeterianos.

## **ABSTRACT**

This work analysis how different streams of economical sciences explain theoretically the performance of the Brazilian contemporary economy and, from this, propose alternatives of economic policies to the solutions of problems, with the aim of achieve a better perform in a short and long time. The theoretical conceptions are considered keynesians, neoclassical, developmentalist and schumpeterians. This discussion is made by of the presentation of the thought of scholars and intellectuals of the economic sciences, with formation on these streams of thought, about different aspects of the economic reality presented in this work.

**Keywords:** brazilian economy; neoclassics; keynesians; developmentalists; schumpeterians.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 90 .</b>	<b>12</b>
<b>3 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE AS POLÍTICAS ECONÔMICAS.....</b>	<b>31</b>
3.1 VISÃO NEOCLÁSSICA .....	31
3.1.1 Restrições à Intervenção do Estado.....	33
3.1.2 Regime de Metas de Inflação .....	36
3.1.3 Fluxos de capitais e regime cambial .....	40
3.2 VISÃO KEYNESIANA .....	42
3.2.1 Metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante .....	44
3.2.2 Controle de Capitais .....	46
3.2.3 Poupança Externa.....	48
3.2.4 Doença Holandesa .....	49
3.3 VISÕES DESENVOLVIMENTISTA E SHUMPETERIANA .....	51
3.2.1 O Novo Desenvolvimentismo.....	52
3.3.2 Políticas industriais, de tecnologia e de comércio exterior .....	56

3.3.3 Construção de um Sistema Nacional de Inovações.....	62
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa Selic fixada pelo Copom (%a.a.) - Boletim BCB - 1997/2009 .....	20
Gráfico 2 - Dívida externa brasileira - 1990/2008 .....	22
Gráfico 3 - Desempenho do setor externo brasileiro - 1990/2009 .....	24
Gráfico 4 - Participação percentual das exportações brasileiras nas exportações mundiais - 1948/2008 .....	27
Gráfico 5 - Participação do PIB brasileiro (%a.a.) - 1999/2009 .....	28



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Desempenho do PIB - 1993/1999 .....	18
Tabela 2 - Taxa de desemprego - 1990/2009 .....	18
Tabela 3 - Desempenho da taxa de câmbio - 1995/2000.....	19
Tabela 4 - Desempenho setor externo brasileiro US\$ bilhões - 1990/2009 .....	23
Tabela 5 - Desempenho do PIB brasileiro variação real (%a.a) - 1999/2009.....	24
Tabela 6 - Histórico de metas de inflação no Brasil - 1999/2009 .....	26
Tabela 7 - Centro, intervalo da meta de inflação e inflação efetiva - 1999/2005 .....	39

## 1 INTRODUÇÃO

O cenário econômico dos anos 1980, assinalado pelo baixo crescimento, elevado endividamento externo e índices de inflação altíssimos, influenciaram de forma significativa as políticas macroeconômicas implementadas no Brasil nos últimos 20 anos. A partir de 1994, com o Plano Real, a busca pela estabilidade econômica em detrimento do crescimento foi, sem dúvida, uma das principais características deste período.

Além disso, fatores importantes no desempenho da economia marcaram a condução das políticas públicas. O controle da inflação sustentado por altas taxas de juros, os ajustes fiscais, o câmbio flutuante, o desempenho do setor externo, a questão da dívida pública interna e externa, o aumento do desemprego, a globalização e o setor financeiro são exemplos que devem ser considerados. A seguinte questão que se coloca é: o que as teorias econômicas dizem a respeito desses fatores?

As interpretações do desempenho recente da economia brasileira são diversas e, em algumas vezes, os objetos de análise são elementos comuns; contudo, cada visão procura fundamentá-los utilizando distintas correntes teóricas. Nesse sentido, o objetivo central deste trabalho é apresentar as diferentes interpretações do desempenho da economia contemporânea brasileira sob as perspectivas teóricas neoclássica, keynesiana, schumpeteriana e desenvolvimentista. Entretanto, é importante esclarecer que não é objetivo deste trabalho avaliar a realidade a partir das teorias, mas identificar os elementos da realidade econômica brasileira atual e utilizar as interpretações existentes para caracterizá-las.

Sua importância se dá pela análise e observação do que os acadêmicos e intelectuais das ciências econômicas, de diferentes visões teóricas e ideológicas, falam, pensam e debatem sobre a economia brasileira contemporânea e quais medidas eles recomendam para que o estado e a sociedade brasileira rumem ao desenvolvimento.

No capítulo 2 será apresentado o desempenho da economia brasileira a partir da década de 1990 levando em consideração o histórico dos planos econômicos de estabilização e suas conseqüências. Nesse sentido, serão examinados os indicadores macroeconômicos brasileiros que terão destaque na análise das interpretações no capítulo seguinte.

O capítulo 3 estará subdividido em três seções, cada uma relacionada com uma corrente teórica. Na seção 3.1, relativa à teoria neoclássica, serão abordadas as interpretações desta corrente para as questões das restrições à intervenção do estado, do regime de metas de inflação, dos fluxos de capitais e do regime cambial. A seção 3.2, correspondente a visão keynesiana, procura analisar o tripé macroeconômico adotado no Brasil a partir do Governo do Fernando Henrique Cardoso baseado em metas de inflação, superávit primário e câmbio livre. Além disso, o controle de capitais, a poupança externa e a existência de doença holandesa também serão fatores abordados. Por fim, a seção 3.3 busca relacionar as visões desenvolvimentista e schumpeteriana, para tanto, será realizada uma análise do novo desenvolvimentismo, das políticas (indústrias, de tecnologia e de comércio exterior) e a construção de um sistema de inovações.

## **2 DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990**

Para analisar o desempenho da economia brasileira a partir da década de 1990 torna-se fundamental examinar o contexto das diversas tentativas realizadas de estabilização econômica, em especial a do controle de inflação, na conhecida década perdida. Estas tentativas foram marcadas pelos seguintes planos econômicos: Plano Cruzado I, Plano Cruzado II, Plano Brasil Novo e, por último, o Plano Real.

O Plano Cruzado I foi elaborado em 1986 no Governo do Vice-Presidente José Sarney, que assumiu a presidência após a morte de Tancredo Neves. De acordo com Maria da Silva Bastos Marques (1988), o plano não previa medidas na área monetária e fiscal e apoiava-se em políticas exclusivamente de renda salarial, tendo como principal característica o congelamento de preços. O plano provocou grande euforia e mobilização popular, a população brasileira foi estimulada pelo governo a atuar como fiscal dos preços e do abastecimento.

As principais medidas do plano visavam a mudança na unidade de conta de Cruzeiro para Cruzado e a conversão de depósitos à vista para Cruzados, como o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o PIS/PASEP, as obrigações vencíveis e exigíveis, os contratos com taxas de juros pré-fixadas, os salários e demais remunerações pela média real dos últimos seis meses, acrescidos de abono de 8% e 16,1% para o salário mínimo e o restabelecimento dos reajustes anuais na data-base de cada categoria. Outras medidas do plano consistem na apuração da taxa de inflação em cruzados pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), reajuste automático dos salários (sempre que a taxa de inflação acumulada ultrapassar 20%), proibição das cláusulas de correção monetária para contratos de prazo inferior a um ano (exceto para as cadernetas de poupança – trimestralmente), contratos superiores a um ano

podendo conter cláusulas de reajuste vinculadas à OTN (antiga ORTN) e conversão dos aluguéis e prestações do SFH (Sistema Financeiro Nacional) pelo valor real médio dos últimos 12 meses.

O Plano Cruzado II do mesmo Governo surgiu como ajuste ao plano anterior, baseado numa política monetária com maiores haveres não monetários e uma política fiscal expansionista com manutenção do congelamento dos preços e aumento dos salários. Contudo, devido à pressão da demanda e o problema do abastecimento, o governo aumentou fortemente os preços de um número reduzido de produtos através do aumento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) colocando em xeque a credibilidade da política de congelamento de preços. Em 1987 os preços voltaram a ser flexíveis; no entanto, a expectativa de inflação e a dúvida de um novo congelamento provocaram uma política monetária restritiva ocasionando o desaquecimento da economia com a tendência de aumento da taxa de juros e contenção das importações ocasionadas pela crise cambial.

As mudanças na política econômica na década de 1990 sofreram influências consideráveis do Consenso de Washington<sup>1</sup>, principalmente no que se refere à abertura econômica diante da necessidade da globalização. Logo, o Plano Brasil Novo de 1990 do Governo Collor, conhecido popularmente como Plano Collor, teve como norte medidas antiinflacionárias, de abertura comercial e de controle da crise fiscal. Contudo, o elemento central do plano, segundo Carvalho (2006), foi bloquear a liquidez dos haveres monetários que procurava responder a três grandes problemas que desafiavam o debate econômico dos anos 1980: a tendência à monetarização acelerada e explosão da demanda agregada em momentos de

---

<sup>1</sup> Consenso de Washington, expressão criada em 1990 por John Williamson, é um conjunto de medidas formulado 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, e se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser adotado para promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. De acordo com Williamson (2004) as principais características Consenso de Washington Original são as seguintes: (1) disciplina fiscal, (2) reorientação das despesas públicas, (3) reforma fiscal, (4) liberalização financeira, (5) taxas cambiais unificadas e competitivas, (6) liberalização comercial, (7) abertura aos investimentos estrangeiros, (8) privatização de empresas estatais, (9) desregulação, (10) respeito aos direitos de propriedade. Após 2000, modificações nas idéias do Consenso de Washington Original possibilitou o surgimento do Consenso de Washington Ampliado, que segundo Williamson (2004) baseia-se nas seguintes regras: (1) reformas políticas e legais, (2) criação de instituições de regulação, (3) políticas específicas anticorrupção, (4) flexibilização das leis trabalhistas, (5) respeito aos acordos da OMC, (6) imposição de regras ao mercado financeiro, (7) abertura financeira prudente, (8) ampliação de regimes cambiais de flutuação livre, (9) criação de redes de proteção social, (10) criação de políticas de redução da pobreza.

desinflação abrupta, a moeda indexada e a tendência do rápido crescimento da dívida mobiliária.

O Plano Collor trouxe como conseqüências o fim dos incentivos fiscais, reajustes das tarifas públicas, câmbio flutuante, congelamento dos salários e dos preços, confisco de 80% da poupança com correção monetária de 6% a.a. devolvida após 18 meses e o fim de várias agências estatais. Apesar de ter sido um instrumento poderoso para abortar momentaneamente a alta inflação em curso, as medidas adotadas provocaram uma sobrevalorização da moeda e posteriormente a volta da inflação.

Foi somente em 1994 após o *impeachment* de Collor, com Itamar Franco na presidência, após tentativas fracassadas de planos heterodoxos ao combate da inflação que nasceu o Plano Real. Assim como o Plano Cruzado I, o Plano Real também surgiu do diagnóstico de que a inflação brasileira possuía um forte caráter inercial.

Conforme Gremaud (2008), o diagnóstico da inflação inercial considera dois componentes no processo inflacionário: os choques, que levam à alteração do patamar inflacionário, e a tendência, que faz com que a taxa de inflação se perpetue em dado patamar. Desta forma, para que um plano de combate à inflação tivesse sucesso teria que se romper a componente tendência e garantir para que não se verificassem choques na economia. Uma das grandes preocupações para este novo plano de estabilização era que erros dos planos anteriores não voltassem a ocorrer. Por isso, o plano de uma reforma monetária deveria acontecer de forma gradual com uma “substituição natural” da moeda procurando corrigir os desequilíbrios existentes na economia. Tendo em vista que o país estava dotado de um volume significativo de reservas e a economia estava mais exposta à concorrência devido ao processo de abertura comercial, a capacidade dos agentes de repassarem as conseqüências dos choques para preços acabou sendo limitada.

O Plano Real foi dividido em três fases: ajuste fiscal; indexação completa da economia - Unidade Real de Valor (URV); e, reforma monetária - transformação da URV em reais (R\$).

O ajuste fiscal visava equacionar o desequilíbrio orçamentário e era baseado nos seguintes elementos: corte nas despesas, aumento dos impostos e diminuição das transferências do governo federal. O corte nas despesas gerou o Plano de Ação Imediata (PAI), que determinava corte nos gastos das despesas de investimento e pessoal. O aumento da arrecadação se daria pela criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), pois apresentava facilidade de recolhimento, ampla base tributária e o fato de não ser compartilhado com outras esferas do governo. O terceiro elemento do ajuste fiscal foi a aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE) que seria financiado por 15% da arrecadação de todos os impostos, assim o FSE ampliaria os recursos livres à disposição do governo federal.

A segunda fase do plano começou no final de fevereiro de 1994 e correspondia ao novo sistema de indexação. Com o objetivo de simular os efeitos de uma hiperinflação, o governo criou um novo indexador, a Unidade Real de Valor (URV), cujo valor em Cruzeiros Reais era corrigido diariamente pela inflação medida pelos principais índices (IGP-M, IPC-FIPE e IPCA - Especial) e passava a funcionar como unidade de conta no sistema. Nesta fase, o valor da URV manteria uma paridade fixa de um para um com o dólar, seu valor seria a própria taxa de câmbio. Quando todos os preços estivessem expressos em URV, o governo introduziria a nova moeda, o Real (R\$). A terceira fase teve início em 1º de julho de 1994 quando todos os preços em CR\$ foram convertidos em R\$, divididos pelo valor da URV do “dia D”. Apesar do aumento de preços, a pressão inflacionária logo refluíu.

Para controlar a demanda e desestimular os processos especulativos, o governo manteve as taxas de juros elevadas e as metas de expansão monetárias bastantes restritivas, limitando as operações de crédito e impondo depósito compulsório de 100%. Esse processo de controle da demanda e da expansão monetária ficou conhecido como “âncora monetária”. Outro fator importante para romper os processos de repasse foi a valorização da taxa de câmbio. Em vez de continuar a acumular reservas o que pressionava a expansão monetária, o Banco Central deixou o câmbio flutuar. Com a economia aberta e um volume significativo de reservas, as importações tornavam-se atrativas, o que acabava freando o aumento dos preços internos, rompendo a possibilidade de propagação dos choques

(repassa aos preços e tentativas de elevações). Processo que ficou conhecido como “âncora cambial”, detalhado por Maria S. Falcão (2002).

As conseqüências imediatas ao plano foram a queda acentuada da inflação e um grande crescimento da demanda e da atividade econômica. Segundo Gremaud (2008), esse aumento da demanda teria ocorrido por diversos fatores, contudo ele evidencia dois: o aumento do poder aquisitivo das classes de baixa renda e a retomada dos mecanismos de crédito na economia. As empresas também ampliaram seus investimentos, com maior destaque para os setores de bens de consumo duráveis e bens de capital. Outra conseqüência importante refere-se à apreciação cambial ocorrida pelo não repasse da inflação residual ao câmbio que, por sua vez, forçava os produtos internos a adequarem seus preços ao mercado internacional. Contudo, esta estratégia de estabilização tornou-se mais eficiente aos produtos transacionados no mercado internacional (exportáveis e importáveis) já que não atingiu setores como de serviços. “A valorização da taxa de câmbio real não se deu apenas em função da inflação inercial residual, pois também serviu para aprofundar a ancoragem dos preços.” (GREMAUD, 2008, p. 456). Além disso, a combinação da demanda aquecida com a valorização cambial resultou em déficit na balança de comercial que, por conseqüência, desencadearam déficits em Transações Correntes no Balanço de Pagamentos.

A valorização cambial foi a grande responsável pelo aumento das importações, com destaque para dois itens: automóveis com aumento em 208% e bens de consumo com aumento de 185%. Entretanto, são produtos que não ampliam a capacidade futura de pagamento do país. Também se verificou forte predomínio dos investimentos de portfólio como ações, fundos de aplicações financeiros e fundos de privatização, que caracterizam investimento de grande volatilidade.

Foi nesse cenário econômico que Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência em 1994. Uma das primeiras medidas do governo foi a tentativa de contenção da demanda a partir de restrições ao crédito com diminuição nos prazos de financiamentos (de consórcios e bancários), proibição de financiamentos às empresas de *factoring* e cartões de crédito e aumento do depósito compulsório. Além disso, foram impostas algumas restrições à entrada de capital estrangeiro,



para evitar maiores pressões cambiais foi estipulada uma pequena margem dentro da qual o dólar poderia flutuar - R\$ 0,84 à R\$ 0,86 -. No entanto, o déficit em Transações Correntes ainda permanecia. Experiências em países da América latina como Argentina e México mostravam a importância da manutenção do controle sobre as contas externas para evitar grandes conseqüências de possíveis crises cambiais.

Em 1995, para combater a perda de reservas que o país vinha sofrendo, o governo ampliou o controle da demanda interna, restringiu ainda mais o crédito, aumentou a taxa de juros, promoveu uma desvalorização de 6% na taxa de câmbio e alargou as bandas de flutuação da taxa de câmbio gerando, desta forma, uma desvalorização na faixa dos 7%a.a. Além disso, elevou a tarifa de uma série de produtos e introduziu um regime de cotas de importação. Essas medidas permitiram uma nova fase, no qual a política monetária passou a ser o principal instrumento econômico agindo na administração da taxa de juros com o propósito de conter a inflação, impedir que os déficits comerciais se tornassem muito altos e manter o país atraente ao capital estrangeiro a fim de financiar os déficits em transações correntes.

Apesar do acúmulo de reservas verificado após a crise mexicana e do decréscimo da taxa de juros, em 1997 devido à crise asiática e em 1998 com a crise russa o governo elevou a taxa de juros. Essa medida combinada com volume da dívida pública determinou elevados gastos do governo com juros pressionando o lado fiscal, o que motivou dúvidas sobre sua capacidade de pagamento. Diante disso, a questão fiscal tornou-se o grande desafio para o governo, uma vez que o baixo superávit primário juntamente com elevados encargos financeiros determinavam o agravamento da situação da dívida pública, que em 1994 era de 30% do PIB (Produto Interno Bruto), mas que em 1998 atingiu 44%.

O primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso terminou em meio a este contexto de forte recessão. Apesar da estabilização inflacionária, uma série de desequilíbrios foram se formando na economia. A necessidade de uma correção cambial vinha se tornando cada vez mais forte, os indicadores macroeconômicos confirmavam essa mudança através da crescente taxa de desemprego, da retração do produto, do não cumprimento do pacote fiscal, do endividamento externo, da grande elevação da dívida pública e do cambio

valorizado. A taxa média de crescimento do PIB ficou em 2,6%a.a., com tendência de queda. Conforme a Tabela 1, o PIB que no primeiro ano de Governo, 1995, era 4,42%a.a., passou para 0,25%a.a., em 1999.

**Tabela 1- Desempenho do PIB - 1993/1999**

Variável	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
PIB %a.a	4,67	5,33	4,42	2,15	3,38	0,04	0,25

Fonte dos dados: Ipeadata.

O desemprego, relativamente baixo, iniciou uma trajetória de crescimento a partir da crise mexicana e em 1998 após a crise asiática. Em dezembro de 1990 apresentava uma taxa de 4,46%, porém, passou para 7,1% em dezembro de 1999, gerando um aumento de 59,2%, como apresenta a Tabela 2. A taxa de desemprego começou diminuir a partir do ano de 2004.

**Tabela 2 - Taxa de desemprego - 1990/2009**

Período	Taxa de desemprego - aberto - referência: Dezembro - RMs - (%) - BGE/PME antiga	Taxa de desemprego - referência: Dezembro - RMs - (%) - IBGE/PME
1990	4,46	-
1991	4,61	-
1992	5,01	-
1993	4,95	-
1994	3,78	-
1995	4,95	-
1996	4,25	-
1997	5,53	-
1998	7,13	-
1999	7,106	-
2000	5,577	-
2001	6,426	-
2002	6,169	10,5
2003		10,9
2004		9,6
2005		8,3
2006		8,4
2007		7,4
2008		6,8
2009		6,8

Fonte dos dados: Ipeadata.

No segundo mandato foi realizada a mudança cambial e para que não houvesse choques na economia decorrentes deste processo, como queda no consumo e investimento ou até mesmo falências bancárias o governo agiu de forma enérgica. O endividamento do setor privado foi financiado pelo governo, a possibilidade de *hedge* livrava os agentes do risco cambial. O governo agiu vendendo moeda estrangeira e alterou a composição da dívida pública por tipo um de indexador<sup>2</sup>. A primeira alteração cambial correspondeu a uma desvalorização da taxa de câmbio, no entanto manteve o sistema de banda. Somente após a posse de Armínio Fraga como Presidente do Banco Central que o sistema passou a ser de câmbio flutuante gerando desvalorização do câmbio da ordem de 70% nos primeiros meses. Como se pode verificar na Tabela 3, a taxa de câmbio que era da ordem de R\$ 0,842 no fechamento do dia 02 de fevereiro de 1995, passou para R\$ 1,79 no fechamento do dia 02 de fevereiro de 2002, um ano após a mudança do sistema da taxa de câmbio.

<b>Tabela 3 - Desempenho da taxa de câmbio - 1995/2000</b>				
Período	Livre		Flutuante	
	Taxa <sup>1/</sup> Compra	Taxa <sup>1/</sup> Venda	Taxa <sup>1/</sup> Compra	Taxa <sup>1/</sup> Venda
02/02/1995	0,83	0,84	0,83	0,842
02/02/1996	0,97	0,97	0,97	0,97
03/02/1997	1,04	1,04	1,05	1,05
02/02/1998	1,12	1,12	1,12	1,12
02/02/1999			1,7972	1,79
02/02/2000			1,7892	1,79

Cotações de Fechamento Ptax4/ do Dólar Americano.

Nota: Em 02/02/1999 o sistema de câmbio passou a ser flutuante.

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

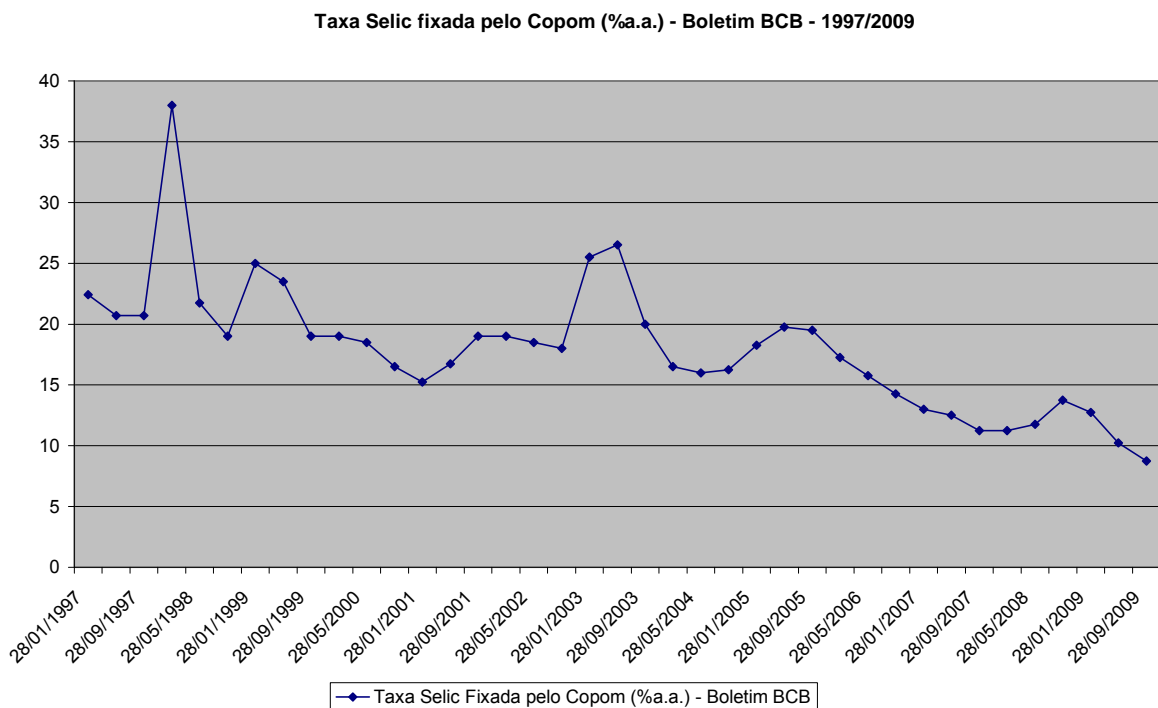
Com intuito de conter a saída de recursos e diminuir o processo especulativo o governo adotou uma política monetária bastante restritiva. A recomposição da taxa de câmbio real dependeria de um comportamento inverso ao verificado no início do plano, os preços dos produtos transacionáveis teriam aumento, enquanto os não transacionáveis segurariam a taxa de inflação. Com a adoção do sistema de câmbio flutuante e a perda da âncora cambial o Banco Central passou a adotar, a partir de 1999, um sistema de metas de inflação como regra para a política monetária seguindo a meta estipulada pelo Conselho Monetário

<sup>2</sup> Títulos fixados ao *over* e à taxa de câmbio

Nacional (Copom), que utiliza a taxa básica de juros (Selic) como mecanismo de controle de demanda para controlar a inflação. O gráfico 2 expressa o desempenho da taxa Selic, que apesar de ter apresentado certa queda nos últimos anos, ainda permanece como uma das mais altas do mundo.

O desempenho fiscal do segundo mandato é reconhecido como terceiro elemento da política macroeconômica. A partir de 1999 houve um superávit primário expressivo e uma reversão do saldo primário do governo, pois com a desvalorização cambial, grande parte da incerteza cambial embutida na taxa de juros foi eliminada e, além disso, o governo apresentou aumento significativo na sua arrecadação devido a uma nova Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF),

### Gráfico 1



Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

aumento do Cofins, cobrança de contribuição previdenciárias dos inativos e pensionistas do setor público e da desvinculação de parte da receita<sup>3</sup>.

O bom desempenho fiscal estendeu-se aos Estados e Municípios devido a forte arrecadação de ICMS, decorrente ao aumento nas tarifas de energia e telecomunicações geradas pela desvalorização cambial. De qualquer forma, para que esta transformação fosse possível, foram realizadas mudanças estruturais significativas em relação ao controle e comportamento das despesas. As principais medidas foram a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000, a Reforma Previdenciária de 1998 e a renegociação das dívidas estaduais e a reorganização do sistema de bancos estaduais.

Embora tenha ocorrido esse aumento nas receitas do governo, a dívida pública elevou-se continuamente, contudo diferentemente do primeiro mandato que era explicada pela deterioração do saldo primário, no segundo, o aumento se deu em função de ajustes patrimoniais decorrentes da elevação da SELIC e da desvalorização cambial. A dívida pública apresentou uma tendência de crescimento nos últimos 20 anos. O Gráfico 2 demonstra o comportamento do endividamento externo do Brasil, o que se verifica é um aumento significativo da dívida pública entre o período de 1990 a 2000, uma pequena redução nos anos de 2004, 2005 e 2006 e novamente um tendência de aumento a partir de 2007.

Em 2001, verificou-se uma profunda queda da taxa de crescimento, que passou para 1,3% a.a. Essa retração foi provocada pela combinação de dois fatores. O primeiro consiste nos choques externos como a crise da Argentina e o ataque ao World Trade Center. O segundo refere-se aos choques internos como a crise energética que provocou o racionamento de energia gerando pressões de custos e inflacionárias.

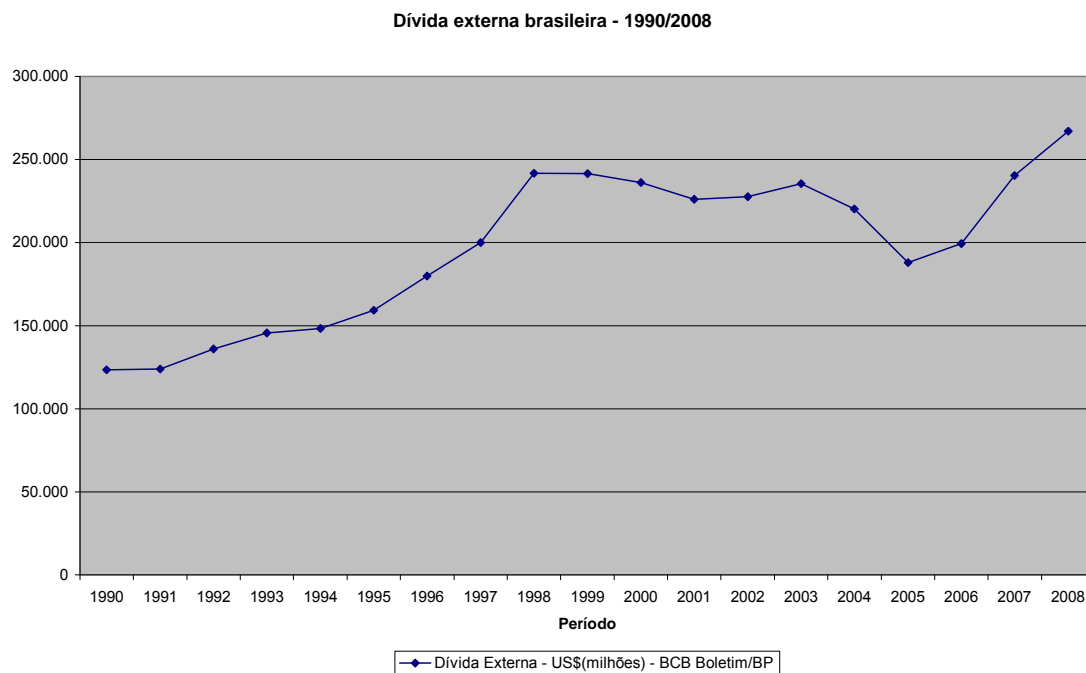
A expectativa para o desempenho do setor externo era a melhora das contas externas com a reversão do déficit da balança comercial e a diminuição do déficit em transações correntes, o que possibilitaria a redução das taxas de juros e a retomada do crescimento, o que se verificou foi de fato uma melhora das contas

---

<sup>3</sup> A desvinculação da receita foi realizada através do Fundo Social de Emergência (1993), posteriormente denominado Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e por último Desvinculação de Receitas da União (DRU), o que possibilitou a geração de superávit.

externas, com redução do déficit das transações correntes. A mudança cambial e a contenção de demanda influenciaram diretamente na queda das importações, concentrando-se nos bens de consumo e intermediários.

## Gráfico 2



Fonte dos dados: Ipeadata.

As exportações tiveram um fraco desempenho decorrente da redução dos preços das principais *commodities*, queda da atividade econômica na América Latina e incertezas dos exportadores. O que contribuiu para a melhora do saldo das transações correntes foram as viagens e os transportes. Em 2001, o país apresentava um superávit comercial de US\$ 2,65 bilhões e em 2002 esse saldo se elevou para US\$ 13 bilhões, como pode ser conferido na Tabela 4.

A atividade econômica brasileira, assim como no primeiro, no segundo mandato do FHC também apresentou baixas taxas de crescimento, com média de 2,1% a.a. As expectativas de crescimento não eram favoráveis, pois existiam incertezas quanto à mudança cambial que poderia gerar queda do consumo e investimento, à elevação da taxa de juros em 1998, decorrente da crise russa, e ao aumento da arrecadação devido ao ajuste fiscal contracionista. Embora tendo em vista as condições explanadas, em 1999 o PIB apresentou um crescimento de

0,25% a.a. Contudo, esse crescimento deve-se ao baixo desempenho da economia em 1998, à proteção do governo concedida ao setor privado (que freou o efeito-riqueza), ao início de substituição de importações em alguns setores e à queda mais rápida da taxa de juros. Em 2000 o país apresentou uma taxa de crescimento econômico de 4,31% a.a.

<b>Tabela 4 - Desempenho setor externo brasileiro US\$ bilhões - 1990/2009</b>			
Período	Exportações	Importações	Balança comercial
1990	31,41	20,66	10,75
1991	31,62	21,04	10,58
1992	35,79	20,55	15,24
1993	38,55	25,26	13,29
1994	43,55	33,08	10,47
1995	46,51	49,97	-3,46
1996	47,75	53,34	-5,59
1997	52,99	59,75	-6,76
1998	51,14	57,71	-6,57
1999	48,01	49,21	-1,2
2000	55,09	55,78	-0,69
2001	58,22	55,57	2,65
2002	60,36	47,24	13,12
2003	73,08	48,29	24,79
2004	96,475	62,83	33,645
2005	118,31	73,6	44,71
2006	137,81	91,35	46,46
2007	160,65	120,62	40,03
2008	197,94	173,11	24,83
2009	152,99	127,64	25,35

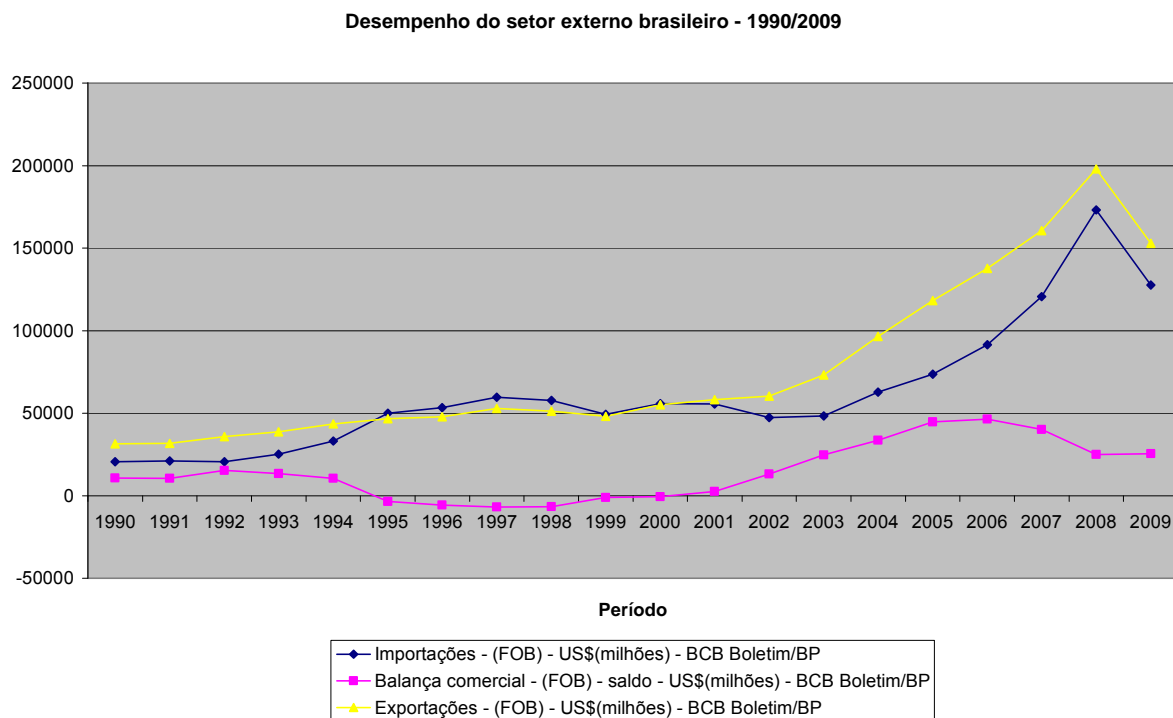
Fonte dos dados: Ipeadata.

Além disso, as exportações apresentaram elevado crescimento (como mostra o Gráfico 3) impulsionado pelas taxas de câmbio, houve uma melhora significativa nos investimentos, impulsionados pela taxa de juros e o consumo acompanhou o crescimento econômico.

Apesar da adoção o chamado tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit primário e taxa de câmbio flutuante), considerado por muitos economistas o mais adequado em termos de política econômica, o cenário econômico brasileiro do último ano de mandato presidencial do Fernando Henrique Cardoso foi marcado por forte instabilidade caracterizada por pressões inflacionárias, baixa taxa de

crescimento econômico, taxa de desemprego em elevação e dívida pública crescente.

### Gráfico 3



Fonte dos dados: Ipeadata.

<b>Tabela 5 - Desempenho do PIB brasileiro variação real (%a.a.) - 1999/2009</b>				
Período	PIB	PIB Agropecuária	PIB Indústria	PIB Serviços
1999	0,25	6,53	-1,91	1,20
2000	4,31	2,72	4,83	3,58
2001	1,31	6,06	-0,62	1,90
2002	2,66	6,58	2,08	3,21
2003	1,15	5,81	1,28	0,76
2004	5,71	2,32	7,89	5,00
2005	3,16	0,30	2,08	3,68
2006	3,96	4,80	2,21	4,24
2007	6,09	4,84	5,27	6,14
2008	5,14	5,68	4,44	4,82
2009	-0,19	-5,18	-5,51	2,61

Fonte dos dados: Ipeadata.

Ao mesmo tempo, o período eleitoral gerou insegurança nos agentes econômicos quanto ao rumo das políticas, uma vez que o então candidato Luis Inácio Lula da Silva vinha apresentando ampla possibilidade de vitória. Essa



desconfiança estava relacionada ao histórico de políticas defendidas pelo partido do Lula, Partido dos Trabalhadores (PT), que se fundamentavam na redução do superávit primário, redução das despesas com juros, aversão ao acordo com FMI, críticas ao regime de metas inflacionárias, preservação dos contratos e questionamento da privatização e do papel das agências reguladoras.

O principal objetivo do PT foi conquistar a credibilidade do mercado durante a campanha para garantir a governabilidade do país. Para tanto, em 2002, houve significativas mudanças no discurso do partido. Antonio Palocci, coordenador do programa de governo, transmitiu a idéia de manutenção da estabilidade, a defesa dos contratos, preservação do ajuste fiscal, garantia do pagamento das dívidas e ausências de mudanças expressivas ao governo anterior. Essa alteração de ideais acarretou em grande insatisfação dos mais esquerdistas. De acordo com Borges Neto (2005), a vitória eleitoral da candidatura de Lula em 2002 não significou uma vitória do desejo de mudança da sociedade, mas sim um deslocamento das correlações de forças desfavoráveis aos setores populares, que consolidou uma mudança drástica na correlação de forças no campo da esquerda brasileira.

A vitória eleitoral se confirmou, e Lula assumiu a Presidência da República em primeiro de Janeiro de 2003 com o compromisso do governo em respeitar o acordo do FMI e sua renovação. Para isso, preservou a diretoria do Banco Central passando a presidência para Henrique Meirelles, personalidade com grandes vínculos ao sistema financeiro.

Para conter a instabilidade de 2002, o novo governo deveria gerar superávit primário superior a 3,75% do PIB para reverter a tendência de crescimento da dívida pública, manter o compromisso com a estabilidade de preços e com o regime de metas inflacionárias e ampliar o ajuste fiscal. Neste sentido, a meta de superávit primário estabelecido para os quatro anos de governo foi de 4.25% do PIB.

O bom desempenho do setor externo decorrente da forte elevação dos preços das *commodities*, do crescimento econômico mundial e do impacto positivo da desvalorização real do câmbio contribuiu para diminuir o impacto recessivo das políticas. As exportações tiveram grande elevação, com US\$ 96,475 bilhões em 2004 e chegando a 137,81 bilhões em 2006.

**Tabela 6 - Histórico de metas de inflação no Brasil - 1999/2009**

	Data	Meta (%a.a.)	Inflação Efetiva (IPCA%a.a.)
1999	30/06/1999	8	8,94
2000	30/06/1999	6	5,97
2001	30/06/1999	4	7,67
2002	28/06/2000	3,5	12,53
2003	28/06/2001	3,25	9,3
	27/06/2002	4	
2004	27/06/2002	3,75	7,6
	25/06/2003	5,5	
2005	25/06/2003	4,5	5,69
2006	30/06/2004	4,5	3,14
2007	23/06/2005	4,5	4,46
2008	29/06/2006	4,5	5,9
2009	29/06/2007	4,5	4,31

Fonte de dados: Banco Central do Brasil.

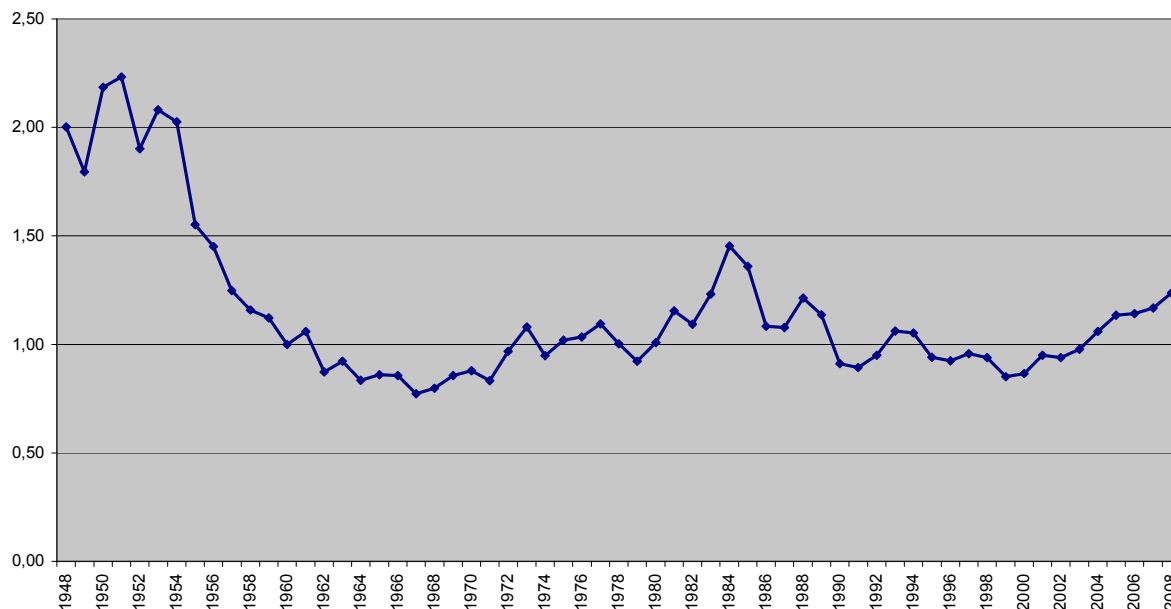
Contudo, as importações ficaram estagnadas em 2003, mas no ano seguinte apresentou tendência de crescimento, atingindo em 2006 US\$ 91,35 bilhões, como mostra a Tabela 4. Os elevados superávits comerciais ampliaram o superávit em transações correntes e elevaram a redução do passivo do país. O país apresentou melhora nos indicadores fiscais devido à elevação da carga tributária, entretanto, manteve-se a tendência de elevação do gasto público com juros, déficits previdenciários e gastos assistenciais.

Contudo, o que se pode verificar no gráfico 4 é a dificuldade das exportações brasileiras superarem 1% das exportações mundiais, ao longo de muito tempo, enquanto o PIB do Brasil é quase 3% do PIB mundial.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é a mudança no perfil da dívida pública, que reduziu os títulos atrelados ao dólar e à SELIC e aumentou a participação dos prefixados e dos títulos indexados pelos índices de preços. Esse quadro econômico levou a uma queda contínua do risco-país e a valorização cambial ao longo de todo o primeiro mandato do governo Lula. A valorização cambial teve um papel fundamental na estabilização econômica, pois possibilitou a queda dos juros a partir de 2003.

## Gráfico 4

Participação percentual das exportações brasileiras nas exportações mundiais - 1948/2008



Fonte dos dados: Ipeadata.

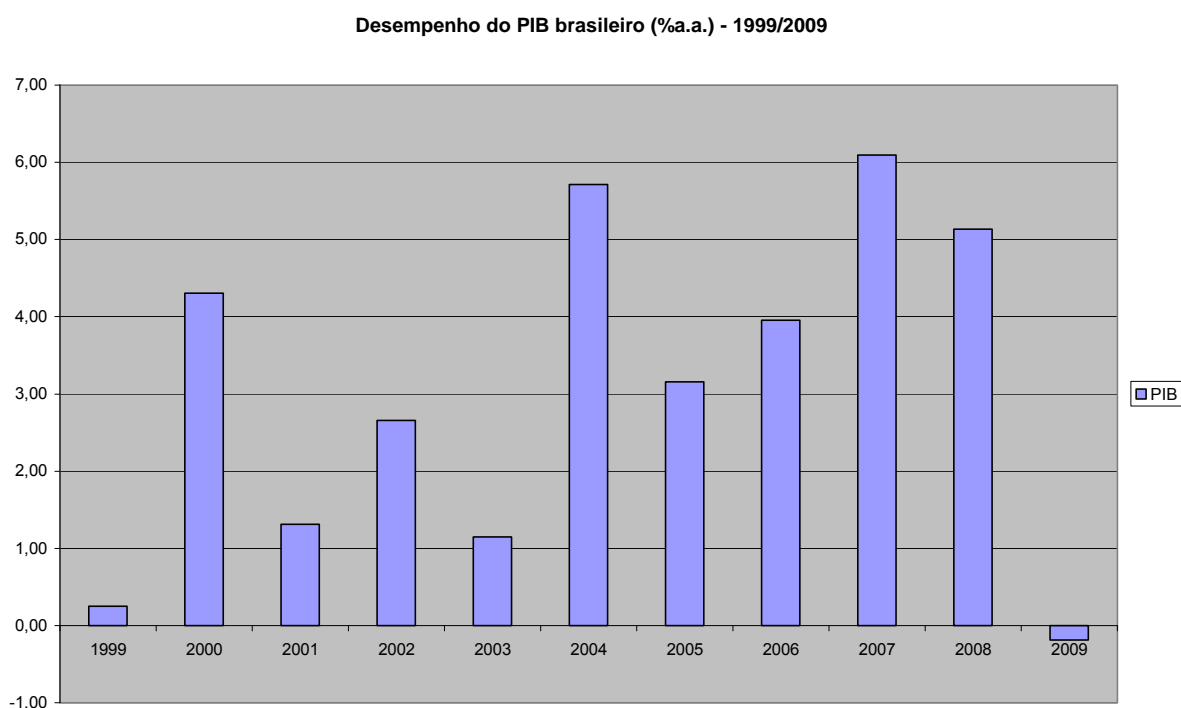
A valorização cambial e a preservação da política monetária garantiram a queda da inflação no governo Lula, todas as metas estabelecidas pelo conselho Monetário Nacional foram cumpridas.

Em virtude da política restritiva adotada pelo Governo a taxa de crescimento apresentada no início do mandato foi praticamente nula, contudo em 2004 a economia brasileira atingiu crescimento de 5,71 %a.a. Esse bom desempenho pode ser explicado pelo forte crescimento das exportações e pelo aumento do consumo. No ano seguinte, devido ao aumento na taxa de juros decorrentes de pressões inflacionárias, o Brasil passou por um fraco desempenho do investimento e queda de consumo, segurando o crescimento do PIB. Já no ano de 2006, o que conteve o crescimento do produto foi o menor dinamismo das exportações e aumento das importações.

Apesar do fraco crescimento do produto foi verificado aumento no consumo das famílias. Este fenômeno pode ser explicado pelo maior volume de transferências às pessoas por meio de programas assistenciais e pela forte

expansão do crédito, incluindo o crédito destinado às pessoas de baixa renda. Destacam-se como medidas de expansão do crédito a introdução do Banco Popular, políticas voltadas ao microcrédito e incentivo às cooperativas de crédito, criação de medidas para redução de risco nas operações (como o crédito consignado) e a criação da Lei de Falência que possibilitou maior direito aos credores.

### Gráfico 5



Fonte dos dados: Ipeadata

Frente às considerações até então apresentadas, o grande desafio do governo Lula em seu segundo mandato tornou-se superar a volatilidade do crescimento e da taxa de juros. Fatores que comprometem a sustentabilidade dos momentos de expansão econômica atingindo diretamente a decisão dos agentes econômicos refletindo no fraco desempenho do investimento. O baixo investimento pode ser observado a partir de um conjunto de pontos de estrangulamento nos setores de infra-estrutura, como geração e transmissão de energia, problemas nos portos e nas rodovias, e déficits de saneamento básico. Além desses problemas, também puderam ser averiguados a forte elevação dos gastos correntes do governo ocasionados por despesas financeiras, os gastos com previdência e assistência

social, despesas com pessoal, entre outros. Apesar do aumento da carga tributária, o país continuou apresentando aumento da poupança pública.

Em uma análise preliminar realizada por Paulo Roberto de Almeida (2006) sobre o desempenho do governo Lula pode-se verificar três características marcantes. A primeira é que a economia brasileira apresentou taxas de crescimento bastante baixas nos últimos anos; a segunda refere-se à contínua deterioração da situação fiscal, ainda que o superávit primário tenha contido os níveis dos déficits nominais; e, a terceira, consiste na melhora na situação das contas externas.

Além disso, o autor realizou um levantamento dos aspectos positivos e negativos a respeito da política econômica. Ele assinalou como aspectos positivos a estabilidade macroeconômica, o aumento moderado do custo de vida devido ao regime de metas de inflação, as contas fiscais ajustadas, o dinamismo exportador com saldos comerciais crescentes, a retomada de investimentos produtivos em algumas áreas da economia, assim como atração de investimento estrangeiro em alguns setores selecionados, a modernização produtiva de algumas grandes empresas e internacionalização de grandes e médias empresas brasileiras.

Outro ponto positivo merecedor de destaque em sua análise refere-se à questão social. O aumento do gasto social, sobretudo no programa governamental Bolsa Família, a partir da unificação dos anteriores, somando-se às políticas de inclusão de grupos sociais subalternos ou minoritários contribuíram para diminuição do nível de desigualdade social. Entretanto esses esquemas assistencialistas não incidem sobre a capacitação de mão-de-obra e não aferem condicionalidades (saúde e escola).

São analisados como aspectos negativos os setores oligopolizados, as tarifas públicas, os gastos previdenciários, os altos salários do funcionalismo, o câmbio excessivamente valorizado, o baixo comprometimento com novos acordos de liberalização, a baixa poupança, a manutenção de níveis irrisórios de investimento público, a burocracia e regulacionismo excessivos para a criação e o fechamento de empresas, o ambiente negativo para os negócios, a diminuição moderada do desemprego e aumento da informalidade e da precariedade laboral.

Em 2008, o Brasil, assim como resto do mundo, passou por um período de grande instabilidade financeira decorrente da crise do *subprime*<sup>4</sup>, contudo, o contexto econômico vivenciado pelo país caracterizado por uma estabilização econômica e menor vulnerabilidade externa possibilitou que as suas conseqüências não fossem tão avassaladoras.

Entretanto, é importante ressaltar que a participação do governo para que os impactos dessa crise não fossem tão prejudiciais para economia brasileira foi extremamente significativa, dentre as principais medidas pode-se considerar a diminuição de impostos de produtos industrializados, maiores investimentos públicos e aumento do crédito para incentivar o consumo. O principal objetivo do governo Lula foi passar tranqüilidade ao povo brasileiro recomendando-o ao consumo e, a partir disso, gerar uma ação anticíclica, medida tipicamente keynesiana. Em uma entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo, Lula falou sobre algumas conseqüências da crise:

“Temos que separar a crise em dois momentos. Até setembro de 2008, discutíamos a crise do subprime quando ainda não havia o problema dos bancos. Até esse momento, o Brasil sentiria muito pouco a crise por várias razões. A economia estava sólida. Havíamos diversificado nossas exportações. Os bancos brasileiros tinham maior solidez e havia maior controle do Banco Central. Quando veio o Lehman Brothers<sup>5</sup>, aconteceram duas coisas graves. O dinheiro desapareceu. Uma empresa como a Petrobras passou a pegar empréstimos na Caixa que seria destinado a pequenas empresas brasileiras”. (FOLHA ONLINE, 2009)

---

<sup>4</sup> A crise do *subprime* foi uma crise financeira decorrente da quebra de instituições de crédito dos Estados Unidos, que concediam empréstimos hipotecários de alto risco arrastando vários bancos para uma situação de insolvência e repercutindo fortemente sobre as bolsas de valores de todo o mundo.

<sup>5</sup> Quando o Presidente fala sobre o Lehman Brothers, refere-se à quebra do banco americano de investimentos em setembro de 2008.

### 3 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE AS POLÍTICAS ECONÔMICAS

Neste capítulo serão abordadas as interpretações da economia brasileira das seguintes correntes teóricas: neoclássica, keynesiana, shumpeteriana e desenvolvimentista.

#### 3.1 VISÃO NEOCLÁSSICA

Segundo Stanley Brue (2005), a Escola Neoclássica pode ser compreendida como uma combinação do pensamento marginalista com o pensamento da economia clássica, levando em consideração suas especificidades. O pensamento neoclássico surgiu no final do século XIX e seus principais autores fundadores foram: o austríaco Carl Menger, o inglês William Stanley Jevons e o suíço Léon Walras. Posteriormente, se destacaram o inglês Alfred Marshall, o sueco Knut Wicksell, o italiano Vilfredo Pareto e o estadunidense Irving Fisher.

O fato de o pensamento neoclássico conter em sua essência fundamentos microeconômicos como, por exemplo, as teorias do consumidor, da firma e da produção juntamente com as teorias de práticas de mercado, ou ainda, conforme Marshall, a oferta e a demanda agindo diretamente na determinação dos preços dos bens, serviços e recursos no mercado, não impediu que levantamentos e conclusões pudessem ser realizados em uma abrangência macroeconômica. Logo, o modelo de macroeconomia proposto pelos neoclássicos baseia-se na “mão invisível” do mercado, pressuposto assumido por Adam Smith em seu trabalho *A Riqueza das Nações*. Esse pressuposto se consolidava na hipótese de que as forças de mercado tenderiam ao equilíbrio da economia a pleno emprego, e que a

figura de uma entidade coordenadora não se fazia necessária. Além disso, o modelo macroeconômico afirmava que os preços relativos seguiriam uma trajetória diferente e independente da política monetária, ou seja, a quantidade de moeda não afetaria a capacidade produtiva e laboral de uma economia, afetando apenas o nível geral dos preços.

O debate teórico que cerca o desenvolvimento econômico é extremamente interessante em sua abrangência e diferenciação. Além disso, no que se refere aos processos e estratégias de desenvolvimento é importante ressaltar que sempre existirão questões sociais complexas que não são passíveis de explicação por meio de evidências empíricas e técnicas estatísticas. Neste sentido, Samuel Pessoa recorre à ideologia como alternativa para preencher as lacunas deixadas: “a ideologia é inerente ao processo de tomada de decisão e de busca de explicação do fenômeno social devido à insuficiência da evidência empírica disponível”. (PESSOA, 2009. p.71).

De acordo com a visão smithiana, o processo de desenvolvimento econômico é fruto da qualidade das políticas internas de cada sociedade, logo, o desenvolvimento é considerado um estado natural que só não é alcançado quando instituições impedem seu desenvolvimento ou quando a produtividade do trabalhador é afetada por sua baixa qualidade educacional. Os pressupostos desta corrente são fundamentados através da ação de um governo comedido, integrado com outras economias, garantidor do bom funcionamento da justiça e segurança, que promove a educação pública de qualidade e estimula o investimento com tributos reduzidos, mantendo sempre um padrão monetário estável. A visão smithiana acredita que a economia tende a trabalhar a pleno emprego, como já mencionado. Contudo, a pleno emprego, a economia encontra-se sob o *trade off* da escassez, pois se elevar o investimento para elevar o crescimento ocasionará uma redução do consumo, uma vez que qualquer estímulo à demanda poderá desencadear um processo inflacionário, o que se pode chamar de custos de financiamento do crescimento, como discorre Samuel Pessoa (2009).

Os problemas econômicos do Brasil, a partir da década de 1980, de acordo com a corrente smithiana, estiveram fortemente associados a um desenvolvimento que não equacionou bem a questão do financiamento, gerando um



problema crônico de inflação elevada e elevado endividamento externo. Outra questão crucial foi a falta de ações no ensino público enquanto o crescimento populacional encontrava-se em nível elevado, que acabou por condenar gerações de brasileiros ao baixo nível de produtividade.

### **3.1.1 Restrições à Intervenção do Estado**

Apesar de considerar a intervenção do Estado na economia, a teoria neoclássica restringe sua aplicação em poucas situações denominadas falhas de mercado, além do mais, sua finalidade é estritamente corretiva. A intervenção do Estado realizada através de políticas industriais torna-se desnecessária quando todos os mercados são competitivos, uma vez que a teoria neoclássica, segundo Ferraz, Paula e Kupfer (2002), considera o mercado competitivo como o alocador eficiente dos recursos. Além disso, informações perfeitas e agentes racionais maximizando o bem estar coletivo são pressupostos que contemplam essa hipótese.

A intervenção governamental somente seria necessária se houvessem falhas no mercado, ou seja, processo em que ocorre quando mecanismo de preços não capturam todos os benefícios e custos de oportunidade associados a produção e ao consumo de bens, nesse caso, a intervenção pública se daria de forma passiva. Conforme Ferraz, Paula e Kupfer (2002), existem cinco tipos principais de falhas de mercado: estruturas de mercado ou condutas não competitivas (oligopólios e monopólios); externalidades, quando a decisão de um agente influencia de certa forma na decisão de outro agente; bens públicos; direitos de propriedade comum; e, diferenças entre taxas preferenciais intertemporais sociais e privadas.

No caso das estruturas oligopolizadas ou monopolizadas, a política de concorrência com vista à redução do poder de mercado das grandes empresas é considerada como um dos principais mecanismos de política industrial, esse tipo de política busca evitar comportamentos anticompetitivos e a concentração do mercado em virtude de fusões e aquisições.

O problema externalidade, segundo a teoria neoclássica, pode ser solucionado através da fusão entre as empresas envolvidas. Essa medida tem o objetivo de neutralizar custos ou benefícios decorrentes da externalidade. Outra

medida seria a criação de imposto ou subsídio para corrigir os preços dos produtos e aproximá-los dos seus custos de oportunidade. Além disso, a atribuição de direitos de propriedade a fim de criar um mercado para a externalidade também deve ser considerada.

Já ao que se refere aos bens públicos, o fato de serem não-excludentes e não-rivais abre margem para um tipo de comportamento oportunista, possibilidade de usar sem pagar (*free rider*); sendo assim, a oferta desses bens pelo estado é considerada a solução para esta falha de mercado. Os bens de propriedade comum, ou seja, bens que não podem ser apropriáveis individualmente, devem ser regulados pelo Estado através de leis e estatutos.

Por fim, as diferenças referentes às preferências intertemporais sociais e públicas ocorrem quando o setor privado e a sociedade divergem a respeito da preferência entre consumo corrente e futuro de um bem ou serviço. Geralmente isso ocorre quando existe demora no retorno do investimento o que gera desinteresse do setor privado. O Estado, por sua vez, assume este compromisso. As incertezas derivadas da assimetria de informação também são geradoras de falhas de mercado, logo, intervenções públicas se fazem necessárias.

Moraes Junior (2005) argumenta que apesar da política econômica de curto prazo (metas de inflação, superávit primário e câmbio livre) permitir que a economia se aproxime do produto potencial com menor instabilidade de preços e menos vulnerabilidade, faltam políticas que promovam crescimento no longo prazo. Dessa forma, o entendimento sobre as direções de causalidade entre variáveis macroeconômicas e a duração de seus impactos são quem ditam os limites que a política macroeconômica tem sobre o crescimento econômico.

Segundo Moraes Junior (2005), a respeito da neutralidade ou não dos instrumentos de política econômica na economia real, os monetaristas, incluindo entre esses os economistas novo-clássicos, consideram que a rigidez do sistema de preços não é uma explicação convincente para desvios do produto real em torno do produto potencial ou do produto natural. Já os keynesianos consideram que o sistema de preços não reage de forma suficientemente rápida para neutralizar expansões reais do produto que decorrem de choques fiscais e monetários. A

aparente predominância, como salienta o autor, da literatura novo-keynesiana na macroeconomia do *mainstream* não é suficiente para eliminar divergências sobre a natureza dos desvios da trajetória do produto real corrente em relação à trajetória do produto potencial. Todavia há muito pouca controvérsia, para não dizer nenhuma, segundo o autor, sobre o fato de que expansões monetárias e fiscais sistemáticas têm efeitos desprezíveis sobre o produto potencial e a trajetória de crescimento de longo prazo da economia. Esta última é explicada por fatores que deslocam a acumulação de capital físico e humano, o progresso tecnológico e a qualidade dos arranjos institucionais que vigoram em cada economia.

Evidência empírica tem mostrado que as expansões monetárias e fiscais sistemáticas não só são incapazes de expandir consistentemente o produto real, como acabam por reduzir a sua expansão, ou mesmo por contrai-lo. Moraes Junior (2005) cita dois trabalhos: Madison (1995) e Agenor (2000). Madison (1995) apresenta a estreita relação entre inflação alta, elevados déficits fiscais e baixo crescimento para um conjunto muito amplo de países; contudo, expõe que inflação baixa e déficits controlados são condições necessárias, mas não suficientes, para o aumento na taxa de crescimento de longo prazo dos países. Agenor (2000) aponta as correlações mais fortes mostrando uma significativa dependência do crescimento com variáveis como poupança, capital humano, progresso tecnológico e qualidade institucional.

De acordo com Moraes Junior (2005), estabelecidas as metas de inflação, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Aplicado) é neutralizado pelo controle da demanda agregada, independentemente da causas do aumento de preços, isso se deve a interdependência entre as políticas fiscais, monetárias e cambiais. Em um regime de cambio livre, alterações bruscas na taxa de câmbio tendem a provocar correções na taxa de juros (gerando impacto direto nos preços ou sobre as expectativas). A relação dívida/ PIB é realizada através de política fiscal, se ocorrer um aumento na taxa de juros para diminuir a relação DIV/PIB deve-se desvalorizar o taxa cambio, pois com o real valorizado, cai o valor da parcela da dívida atrelada ao dólar.

Conforme Moraes (2003 apud MORAES, 2005, p. 45), as políticas monetária, fiscal e cambial sobre o atual regime de política macroeconômica são

interdependentes. Logo, a conversão do nível de preços corrente e da expectativa dos agentes para a meta estabelecida é um comportamento determinante para que o regime de metas de inflação execute seu principal papel, que é servir de âncora de estabilização. Assim, no regime de câmbio livre, mudanças bruscas no câmbio geradas pelo choque direto nos preços ou pelas expectativas de inflação tendem a provocar variação na taxa básica de juros. Desta forma, podemos verificar que a estabilidade dos preços ainda é o grande referencial do funcionamento da atual política macroeconômica de gestão dos instrumentos das políticas monetária, cambial e fiscal. Embora a estabilidade duradoura dos preços e a redução consistente da dívida pública permitam que as políticas monetária e fiscal abram espaço para reduções maiores na taxa de juros real de longo prazo (aquela que determina os investimentos de longo prazo e também a dinâmica do produto de longo prazo), elas não são capazes de garantir o crescimento sustentado.

O alto crescimento do PIB em 2004 é considerado por Moraes Junior (2005) atestado de eficiência na gestão da política macroeconômica, no sentido de que a reversão das expectativas de inflação em conjunto com a boa atuação da política fiscal e do setor externo permitiram a retomada do crescimento. No entanto, a política monetária, que havia levado a atividade econômica para baixo de sua trajetória de crescimento observado de longo prazo, permitiu que esse desempenho negativo de 2003 fosse adicionado à taxa de crescimento do PIB em 2004. O que se observou em 2003 e 2004 foi um clássico movimento keynesiano de “*fine tune*” da política monetária, com o objetivo direto de estabilização dos preços. Nesse sentido, a política macroeconômica, em especial a política monetária, não reduziu a capacidade de crescimento de longo prazo da economia em 2003, nem tampouco a expandiu em 2004.

### **3.1.2 Regime de Metas de Inflação**

A Nova Zelândia foi o primeiro país a ser um caso bem sucedido de estabilização econômica a partir da adoção do regime de metas de inflação (IT), sigla em inglês concernente a “*inflation targeting*”. Tendo como mesmo norte

diversos países passaram a adotar essa política monetária<sup>6</sup>. De acordo com Arestis, Paula e Ferrari-Filho (2009), existem seis principais elementos que caracterizam a operacionalização do regime de IT: metas oficiais de inflação; ganhos “amarrados” obtidos no controle de metas de inflação; função da política monetária; a importância de um banco central na operacionalização da política monetária; mecanismos de abertura, transparência e responsabilidade na formulação de políticas monetárias; e, influência das taxas de câmbio.

Tendo em vista o compromisso com a estabilidade de preços, o regime de IT adotou como estrutura política monetária baseada em anúncios públicos periódicos de metas oficiais de inflação. Contudo, existem três importantes aspectos decorrentes do anúncio das metas de inflação que possibilitam o alcance da estabilidade de preços: credibilidade, uma vez que o regime de metas deve promover a confiança no mercado para os agentes econômicos; flexibilidade, pois a política monetária deve ter uma ação *ex ante* para se evite choques antecipados; e, legitimidade, garantida pelo apoio público e parlamentar.

O sistema de metas de inflação no Brasil funciona da seguinte forma: o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece as metas de inflação, que são propostas pelo Ministro da Fazenda, essas metas possuem intervalos de tolerância que tem variado de 2,0 a 2,5 pontos percentuais acima ou abaixo da meta estabelecida, sua duração corresponde um ano para o ano corrente e os dois próximos anos. O Copom deve atingir a meta de inflação através da determinação das taxas de juros de curto prazo e a cada final de trimestre ele publica o relatório de Inflação do Banco Central. A fixação da taxa Selic é função da expectativa de inflação, da meta de inflação, da variação da taxa de câmbio e da diferença entre o produto efetivo e o potencial.

No regime de IT a política monetária é vista como o principal instrumento da política econômica, pois no longo prazo, a única variável econômica afetada é o índice de preços e, portanto, ela não altera a atividade econômica do país como níveis de emprego e produto, por exemplo. A política monetária deve ser

---

<sup>6</sup> Conforme Arestis, Paula e Ferrari-Filho (2009) na América Latina, os seguintes países adotaram o regime de metas de inflação: Brasil, México, Chile e Colômbia. No entanto, no restante do mundo também se destacam outros emergentes: Israel, Polônia, República Checa, Tailândia, Coreia do Sul e África do Sul.

operacionalizada por especialistas na forma de um banco central independente, uma vez que bancos centrais independentes possuem maior credibilidade nos mercados financeiros e tem um maior comprometimento para manter a inflação sobre controle do que se fosse dirigido por políticos. Os bancos centrais devem publicar relatórios de inflação, esse campo contempla a abertura como característica da política monetária. Além desses relatórios, também devem ser publicados relatórios explicativos juntamente com uma carta ao governo esclarecendo as razões pelas quais não houve o cumprimento das metas, ressaltando quais serão as medidas a serem adotadas para que sejam atingidas, contemplando o requisito responsabilidade. Por último, o mecanismo transparência pode ser verificado através da redução de incerteza sobre as preferências do banco central e seu objetivo é reduzir as taxas esperadas de inflação.

Do mesmo modo, a adoção do regime de metas de inflação pode conduzir à estabilização da moeda; contudo, a estabilidade dos preços em um sistema de câmbio flutuante deve ser sustentada. Assim sendo, o monitoramento da evolução da taxa de câmbio na economia se faz necessário. Além disso, pode ser incorporada a composição do regime de IT a adoção de bandas em que a taxa de inflação poderia variar. Esse mecanismo tem a vantagem de proporcionar maior flexibilidade, principalmente para acomodar grandes movimentos da taxa de câmbio nominal.

Assim como em outros países da América Latina, o desenvolvimento do regime de IT do Brasil esteve fortemente entrelaçado à âncora cambial. Embora se tenha obtido o resultado esperado, ou seja, o fim de um histórico de inflação crônica, a apreciação da moeda nacional em relação às principais moedas de conversibilidade internacional acabou gerando desequilíbrios no balanço de pagamento. Motivo que levou as Autoridades Monetárias a aumentarem as taxas de juros com intuito de atrair maior fluxo de poupança externa, o que acabou promovendo um aumento da dívida interna pública, tornando os países mais suscetíveis aos ataques especulativos. A combinação desses fatores foi determinante no desencadeamento das crises cambiais<sup>7</sup> como, por exemplo, a do

---

<sup>7</sup> Conforme Alves Junior, Ferrari Filho e Paula (2004), a teoria de crise cambial pode ser dividida em três tipos de modelos: a primeira geração dos modelos de crise cambial afirma que a crise cambial resultaria de uma inconsistência básica entre políticas domésticas (déficits fiscais financiados por emissão de moeda) e a tentativa de manutenção de uma taxa câmbio fixa; a segunda geração, afirma que as crises cambiais resultarias da mistura dos preceitos a primeira geração com o enfoque de jogo

México (1994-1995), do Brasil (1998-1999 e 2002) e da Argentina (2001-2002), segundo os autores.

No ano de 1999 o Brasil adotou o regime IT, e para o mesmo ano, a taxa de inflação foi na ordem 8,94%, ficando dentro da meta estabelecida de 8,0%. No ano de 2000, a taxa passou para 5,97%, ficando abaixo da meta de 6,0%. Já em 2001 e 2002, a taxa de inflação ultrapassou os limites toleráveis, sendo a taxa de inflação 7,7% para o ano de 2001 e 12,5% para o ano 2002. Ficando 1,7% e 5,0% acima da meta estabelecida respectivamente. Esses aumentos foram decorrentes de choques externos (incidente de 11 de setembro e a crise argentina) e internos (eleições em 2002). Contudo, a principal responsável pelo não cumprimento das metas teria sido a taxa de câmbio, que aumentou 20,3% em 2001 e 53,5% em 2002.

Em 2003, a inflação que foi na ordem de 9,3% permaneceu fora dos limites da meta de inflação 6,5%. A inflação alta teria ocorrido devido ao efeito inércia da inflação ocorrida em 2002 e também devido ao aumento da taxa de juros do início do governo Lula. Em 2004, a inflação ficou 0,4% abaixo da meta de 8%. Em 2005, a taxa de inflação manteve-se dentro dos limites de tolerância; logo, os principais motivos teriam sido a expansão da oferta de produtos agrícolas e a valorização do câmbio.

**Tabela 7 - Centro, intervalo da meta de inflação e inflação efetiva - 1999/2005**

Ano	Centro da Meta	Intervalo da Meta	Inflação Efetiva
1999	8%	6 a 10%	8,94%
2000	6%	4 a 8%	5,97%
2001	4%	2 a 6%	7,67%
2002	3,50%	1,5 a 5,5%	12,53%
2003	4%	1,5 a 6,5%	9,30%
2004	5,50%	3 a 8%	7,60%
2005	4,50%	2 a 7%	5,69%

Fonte: (ARESTIS, PAULA e FERRARI-FILHO, 2009, p. 12).

A experiência brasileira com o regime de IT foi objetivo central do texto de Arestis, Paula e Ferrari-Filho (2009), nele também foram realizadas análises comparativas entre os países que adotaram o regime de IT e os países que não

---

de custo/benefício, no qual existe um *trade-off* entre flexibilidade macroeconômica de curto prazo e credibilidade de política econômica no longo prazo. Esse jogo leva a uma escolha entre manutenção da taxa de câmbio fixa (podendo significar inflação maior) e a desvalorização da taxa de câmbio (inflação maior e desemprego menor); para a terceira geração a crise cambial é vista como parte integrante da economia, no qual crises cambiais são preanunciadas por crises financeiras.

adotaram esse sistema. No estudo, foi verificada uma tendência a queda da inflação entre os dois grupos em questão. Contudo, para os que não adotaram o regime de metas inflação, a estabilidade da taxa de câmbio teve um papel fundamental na estabilização dos preços e, apesar da teoria afirmar que através do regime de IT é possível alcançar a estabilização do produto na economia, não foram verificadas diferenças significativas entre os países que adotaram o regime de IT e os que não adotaram. No caso da América Latina, as crises cambiais ocorridas no México (1994-1995), no Brasil (1998-1999 e 2002) e na Argentina (2001-2002) teriam impactado na inflação e no PIB de cada país. Em comparação aos demais países que adotaram o regime de IT, o Brasil foi o país que apresentou a maior taxa de inflação.

A inflação no Brasil tem sido basicamente de custos e explicada principalmente por choques na oferta, negativos ou positivos (movimentos na taxa de Câmbio, mudanças nos preços internacionais de *commodities* e de energia, etc.), e por inércia parcial causada pela indexação dos preços administrados. (ARESTIS, PAULA E FERRARI-FILHO, 2009. p. 23)

### **3.1.3 Fluxos de capitais e regime cambial**

A teoria econômica, conforme Sicsú e Carvalho (2006), defende a tese de que os ganhos da liberalização dos movimentos de capital possuem a mesma natureza que os ganhos da liberalização comercial. Os obstáculos à livre movimentação de capitais distorceriam a alocação de recursos. Defensores da liberalização financeira e da remoção de controles argumentam que a livre movimentação de capitais permitiria uma alocação internacional de capitais mais eficiente, beneficiando países em desenvolvimento, uma vez que os capitais deveriam fluir dos países mais ricos, onde sua produtividade seria menor, para os mais pobres, onde a escassez deste fator lhe permitiria obter altos retornos promovendo um aumento da poupança disponível para investimento nesses países, acelerando seu crescimento. Assim, a defesa da permanência de controles de capital será semelhante à defesa dos instrumentos de regulação financeira doméstica, pois também se apóiam em proposições teóricas a respeito de mercados financeiros.



A implantação de um regime de taxas de câmbio flutuante torna desnecessários os controles de capital, uma vez que tentativas de fuga ou entrada de capital excessivas implicariam em movimentos de taxas de câmbio capazes de, por si mesmos, eliminar os incentivos que deram origem a tais fluxos, segundo Sicsú e Carvalho (2006). A liberdade de movimento de capitais é incompatível com sistema de câmbio fixo, contudo, a liberdade de fluxos de capitais pode também ser incompatível com a manutenção de um regime de taxas flutuantes.

A eficiência da flutuação cambial em deter ou desacelerar movimento de capitais repousa na suposição de que a moeda local poderia oscilar livremente sob pressão da oferta e demanda de divisas sem gerar impacto significativo sobre a economia interna. Para tanto, a variação do valor da moeda local não deveria alimentar expectativas adversas nos residentes de modo a evitar induzir comportamentos destrutivos, contudo, esse suposto ignora o fato da taxa de câmbio ser um importante sinalizador da situação econômica do país para grande parte dos agentes, revelando sua fragilidade, como analisam Sicsú e Carvalho (2006). Além disso, o sistema de preços deveria ser suficientemente flexível para que o impacto da desvalorização se esgote em realocação de recursos, sem qualquer impacto sobre o valor total do produto e do emprego; no entanto, esse outro suporte desconsidera o grau de rigidez efetiva do sistema de preços domésticos e as dificuldades de ajustamento da estrutura produtiva mesmo aos ajustes de preços relativos que tenham lugar.

Regimes cambiais de taxas flutuantes não impedem a ocorrência de episódios onde estas taxas podem alcançar níveis excessivamente altos, como na crise cambial brasileira de 2002. Entretanto, mesmo flutuações de menos intensidade podem ser suficientemente problemáticas para a operação interna da economia, isso porque a volatilidade cambial reduz a previsibilidade dos custos financeiros de operações das empresas, aumentando a incerteza e reduzindo os incentivos ao investimento. Portanto, a livre movimentação de cambiais aumenta a volatilidade cambial em um sistema de câmbio flutuante.

Se importações são dificilmente substituíveis, uma desvalorização cambial pressionará os preços domésticos, gerando pressões inflacionárias, levando a reações restritivas na política econômica agravando os efeitos na renda gerado pela

própria desvalorização. Logo, o câmbio flutuante pode ser funcional para acelerar ajustes da economia; porém, seu papel como substituto de controles de capital é extremamente limitado.

No que se refere a conjuntura internacional, a conjugação entre mobilidade internacional de capital de portfólio, volatilidade das taxas de câmbio e de juros, desregulamentação dos mercados e inovações financeiras tem limitado as políticas macroeconômicas domésticas e tem sido responsáveis pelas crises no Balanço de Pagamentos e ataques especulativos às moedas nacionais. Os instrumentos tradicionais de política econômica tornaram-se crescentemente frágeis para conter os colapsos em nível internacional, a partir desse fato, tem-se verificado uma necessidade cada vez maior de uma reestruturação no sistema financeiro e monetário internacional.

### 3.2 VISÃO KEYNESIANA

O contexto histórico do surgimento das idéias de Keynes foi marcado por grandes acontecimentos como a Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão dos anos 30 e a ampla preocupação com a estagnação secular<sup>8</sup>. Logo, a abordagem macroeconômica adotada por Keynes contemplou a necessidade de controles econômicos a partir de uma visão mais geral da economia proporcionando uma estrutura analítica no curto prazo que procurou identificar os determinantes das quantias totais ou agregadas de consumo, poupança, renda, produção e emprego.

Segundo Stanley Brue (2005), além da ênfase macroeconômica, existe um conjunto de características e princípios que norteiam a escola keynesiana, a orientação pela demanda, a instabilidade econômica, a inflexibilidade nos salários e nos preços e as políticas fiscais e monetárias ativas são consideradas as principais. A orientação pela demanda reforça a importância da demanda efetiva, ou seja, os gastos agregados (soma dos gastos de consumo, de investimento, do governo e da exportação) como determinante imediato da renda nacional, da produção e do emprego. A demanda efetiva estabelece a produção real da economia.

---

<sup>8</sup> A estagnação secular baseava-se em parte nos trabalhos de grandes personalidades como Marx, John A. Hobson, Veblen e em parte nas observações reais e em estudos históricos.

Os keynesianos, no que se refere à instabilidade da economia, constataram que alterações nos planos de investimento fazem com que a renda e a produção nacional mudem em quantias maiores do que as mudanças iniciais nos investimentos, considerando o nível de gastos com investimento como irregular. Os níveis equilibrados de investimento e poupança são alcançados por meio de mudança na renda nacional, em oposição às mudanças na taxa de juros. Os gastos com investimento são determinados pela taxa de juros (que depende das preferências das pessoas por liquidez e da quantidade de dinheiro) e pela eficiência do capital (que depende da expectativa de lucros futuros e do preço de oferta de capital, que é instável).

De acordo com os keynesianos os salários tenderiam a ser inflexíveis à queda, devido a fatores institucionais como os contratos com os sindicatos, as leis de salário mínimo e os contratos implícitos. A queda na demanda efetiva causa inicialmente redução na produção e no emprego em vez de queda no nível de preços. O governo deveria intervir ativamente por meio de políticas fiscais e monetárias para promover o pleno emprego, a estabilidade nos preços e o crescimento econômico, de forma que para combater a recessão ou a depressão econômica, o governo deveria aumentar seus gastos ou reduzir os impostos, pois acabaria estimulando os gastos com consumo privado. A fim de baixar as taxas de juros e promover os gastos com investimento ele deveria aumentar a oferta de moeda. E para conter a inflação causada por gastos agregados excessivos, o governo deveria reduzir seus próprios gastos e aumentar os impostos para reduzir o gasto com consumo privados.

O sistema de idéias desenvolvido por Keynes em *The general theory* consiste em diversos elementos inter-relacionados. Keynes sugeriu uma lei “psicológica fundamental” que tratava da relação funcional positiva entre consumo (C) e renda (Y). Originando a função consumo,  $C = f(Y)$ .

“A lei psicológica fundamental, da qual dependemos com grande confiança a priori com base no nosso conhecimento da natureza humana e com base nos fatos detalhados da experiência, é que os homens tendem, com regra e na média, a aumentar seu consumo à medida que a renda aumenta, mas não tanto quanto o aumento da renda”. (KEYNES *apud* BRUE, 2005, p. 422).

### 3.2.1 Metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante

Com o Plano Real, a economia brasileira atingiu a estabilização dos preços e colocou um fim a um período caracterizado por problemas de inflação inercial que impedia o desenvolvimento do país desde 1980. No entanto, o controle desta variável não garantiu o equilíbrio macroeconômico, visto que, a desestabilização do balanço de pagamentos decorrente da valorização da moeda após seis meses, o aumento da dependência externa e a taxa de juros real básica mantida pelo Banco Central em nível extremamente alto foram conseqüências do próprio plano impondo um custo considerável à indústria nacional e ao setor produtivo. A mudança de comando da Presidência da República possibilitou a retomada do crescimento econômico e a redução da vulnerabilidade.

De acordo com Balistiero (2006), apesar do Plano Real em 1994 ter sido uma experiência bem sucedida de redução da inflação, ele desencadeou um aumento da dependência externa (abertura de conta de capitais, da atração de capitais externos de curto prazo e da manutenção da taxa de juros elevada), atingindo negativamente a indústria nacional e ao setor produtivo. Embora tenha ocorrido uma mudança de Governo em 2003, as ações de estabilização macroeconômicas mantiveram uma relação direta com a orientação de política econômica da gestão anterior. O Modelo Econômico herdado do governo anterior estava fundamentado em três pilares: superávits fiscais primários elevados, liberalização financeira internacional com regime de câmbio flutuante e regime de metas de inflação. As modificações ocorridas na política macroeconômica estão vinculadas à intensidade no uso dos instrumentos das políticas fiscal e monetária.

Ao citar Polanyi (2002), Faria (2007) desponta para descaso às questões sociais ao se adotar uma economia regulada pelas forças do mercado, uma vez que “a sobrevivência dos membros de uma sociedade só pode ser garantida pela obediência aos princípios da reciprocidade e da redistribuição, presidindo atividades da cooperação, organizadas de forma simétrica e centralizada”. (FARIA, 2007, p. 4). Nesse sentido, o Estado tem como função prover políticas capazes de limitar as

ações do mercado em prol da sociedade criando instituições que se responsabilizem pelos excluídos.

Faria (2007) parte da idéia de que a adoção do conjunto de medidas ortodoxas adotadas pelo governo fixou-se com o objetivo de reconstruir a credibilidade dos agentes econômicos após tentativas fracassadas de planos heterodoxos de estabilização econômica. Esse conjunto de medidas é caracterizado pelo câmbio flutuante e apreciado, o elevado superávit primário e as baixas metas de inflação. Suas conseqüências implicam na estagnação do crescimento, redução do investimento público e desestímulo do investimento privado, pois com a manutenção da taxa de juros elevada o governo acaba deixando certas questões de necessidade pública para financiar os custos dos juros da dívida pública e cumprir a meta do superávit primário.

A finalidade de manter um regime de cambio flutuante é possibilitar livre movimentação aos fluxos de capitais. Contudo, segundo Faria (2007), mercados financeiros, como o mercado cambial, não são capazes de produzir equilíbrio, pois não permitem que os agentes tomem decisões com base em algum tipo de cálculo econômico sobre os ganhos esperados de uma operação de compra ou venda, no qual informaria as decisões. Além disso, por a taxa de câmbio ser determinada pelo mercado financeiro, existe grande possibilidade de ocorrência de processos de valorização ou desvalorização prejudicando o comércio exterior, em especial às exportações.

A questão do superávit primário como princípio macroeconômico contempla a idéia de que o país necessita manter sua imagem de bom pagador, ou seja, ela traduz o compromisso com a dívida pública e com seus credores. No entanto, traz limitações à operacionalização de políticas públicas.

O sistema de controle de inflação é considerado como único objetivo da política monetária, nesse caso, o que se observa é uma economia com taxa de crescimento irrisória. Ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos, o déficit público funciona como mais um fator recessivo, pois corresponde a pagamento de juros e à amortização sobre a dívida pública, que têm como resultado aumentar o patrimônio das famílias mais ricas do país, segundo Faria (2007).

### 3.2.2 Controle de Capitais

Os controles de capitais passaram a ser adotados de forma mais intensiva após a crise da década de 1930. Esses mecanismos econômicos tinham como finalidade proteger as economias da instabilidade internacional; contudo, levaram anos para ser removidos. O Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>9</sup> apesar de revelar sua preferência à liberalização dos movimentos internacionais de capital, reconhece como necessário a adoção de controles para certas economias, desde que sejam limitadas e temporárias, Sicsú e Carvalho (2006).

De acordo com Jomo (2001 *apud* SICSÚ e CARVALHO, 2006, p. 4), podem ser consideradas formas de controles de capital a imposição de depósitos compulsórios sobre entradas de capitais, impostos sobre entradas e/ou saídas de recursos financeiros, ou ainda restrições de natureza quantitativa sobre fluxos de capital. Já Cooper (1999 *apud* SICSÚ e CARVALHO, 2006, p. 4) utiliza através do sistema de câmbio múltiplo ou restrições regulamentarias ao endividamento externo o termo “restrições” à circulação de capital.

Controles de capital podem ser classificados como instrumentos temporários ou permanentes. Logo, se os ganhos esperados da integração financeira entre uma economia nacional e o resto do mundo forem avaliados como inferiores às perdas ou aos riscos, então serão permanentes. Entretanto, enquanto as condições para a integração ainda não estiverem sido adotada, considera-se os controles como temporários. Ainda neste sentido, são admitidos controles de capitais permanentes aqueles que são utilizados como instrumento de autonomia a políticas econômicas domésticas e, temporários, os destinados a administração de crises de balanços de pagamentos.

Sicsú e Carvalho (2006) apresentam duas correntes críticas à tese da liberalização de controle de capitais, que se originam de visões alternativas à

---

<sup>9</sup> O Fundo Monetário Internacional (FMI), criado em 1945, como um dos pilares da ordem econômica internacional do Pós-Guerra, é uma organização internacional que tem como objetivo a estabilidade do sistema monetário internacional. Evitar que desequilíbrios nos balanços de pagamentos e nos sistemas cambiais prejudiquem a expansão do comércio e dos fluxos de capitais internacionais dos países membros são finalidades do FMI.

hipótese de mercados eficientes abordados na visão neoclássica. A primeira enfatiza as possíveis imperfeições dos mercados financeiros, particularmente as derivadas da assimetria de informações. A segunda corrente ressalta a incerteza que cerca as transações com ativos financeiros e de capital.

De acordo com a primeira abordagem, a hipótese da eficiência dos mercados só poderia ser estabelecida na presença de um conjunto de pressupostos; no entanto, Sicsú e Carvalho (2006) evidenciam o fato da “incompletude” dos mercados tornar improvável a operação livre dos mercados. Logo, se a hipótese de expectativas racionais for proposta como empiricamente válida, a “incompletude” dos mercados levará a previsões incorretas de preços futuros e a decisões ineficientes. A assimetria de informações dá origem a fenômenos de risco moral (*moral hazard*) e seleção adversa, levando à redução do conteúdo informativo dos preços de mercado e, em consequência reduzem a eficiência de mercados livres. Para Stiglitz (1996 *apud* SICSÚ e CARVALHO, 2006, p.24), esses argumentos recomendam que se veja a intervenção do Estado na economia de forma mais benigna do que aquela que tem caracterizado a onda liberal que se espalhou pelo mundo dos anos 70.

A segunda abordagem sobre a crítica da liberalização dos controles de capitais se inspira em Keynes<sup>10</sup> para formular seus pressupostos. A incerteza fundamental que cerca as decisões dos agentes econômicos se traduz pela incerteza do futuro devido a livre decisão dos agentes, segundo o autor, uma economia de mercado é marcada pela dependência da trajetória (*path dependency*) e não há mecanismos que a façam convergir para uma posição pré-determinada. Nessa visão, os mercados devem estar apoiados em regras e instituições que promovam a coordenação e canalizem as expectativas, controles e regulamentações e devem ser definidos para reforçar a coerência dessa economia.

---

<sup>10</sup> Segundo Sicsú e Carvalho (2006), Keynes tornou-se particularmente conhecido por sua visão em manter o papel do governo em uma economia de mercado, pois acreditava que o controle de capitais garantia a liberdade de um país em implantar as políticas que julgasse necessária. Controles de capitais foram propostos por Keynes para dar a autonomia para adotar as políticas públicas de juros que fossem necessárias. Esses fundamentos levaram o FMI a incorporar em seu estatuto a obrigatoriedade de um país adotar controles de capitais quando estivesse sem problemas na conta de capitais.

### 3.2.3 Poupança Externa

Segundo Bresser-Pereira e Gala (2007), grande parte das teorias econômicas de desenvolvimento assume como pressuposto para o crescimento econômico de uma economia o nível de investimento e poupança que nela se estabelece. A adoção de mecanismos de poupança forçada interna com o aumento da poupança pública e a poupança externa na forma de financiamento e investimento é considerada como uma das formas mais eficiente de promover o desenvolvimento de economias em desenvolvimento, devido sua escassez de poupança.

Nos anos 90, de acordo com Bresser-Pereira e Gala (2007), adotou-se a idéia de que seria um processo comum países ricos transferirem seus capitais financeiros para países pobres em capitais e, além disso, que poupança externa recebida por um país se transformaria automaticamente em investimento produtivo. Logo, o maior retorno do investimento permitiria ao país mais pobre ampliar sua capacidade produtiva, pagando futuramente o país mais rico os juros e total da dívida contraída com os resultados da aplicação produtiva dos recursos emprestados. A abertura da conta capital, também integrante do processo, permitiria um processo de arbitragem, que supostamente, seria capaz de igualar os produtos marginais do capital das diversas economias, aumentando o bem-estar de países pobres e ricos. Portanto, um nível de câmbio relativamente apreciado e permanentes déficits em conta corrente seriam situações normais e recomendáveis a países em desenvolvimento.

Ainda em consonância com Bresser-Pereira e Gala (2007), a crítica concernente interpreta a política de crescimento com poupança externa prejudicial ao país mesmo quando os déficits em conta corrente não provocam crise no balanço de pagamentos e fragilização financeira, isso porque, o financiamento externo realizado tanto através de empréstimos como investimentos diretos se transformaria em consumo. Além disso, a administração da taxa de câmbio através de políticas de crescimento com poupança externa acarretaria déficits em conta corrente através da apreciação da taxa de câmbio. No processo de crescimento com poupança externa a taxa de câmbio torna-se conseqüência da liberalização da conta capital. A taxa de câmbio de um lado determina as exportações e os investimentos através da



demanda, dos salários reais e dos lucros decorrentes, e de outro determina as importações e a poupança através da oferta agregada; finalmente, dependendo da propensão média a consumir vigente na economia, determina a taxa de substituição da poupança interna pela externa.

De acordo com Bresser-Pereira e Gala (2007), um aumento na poupança interna implicaria na diminuição da poupança externa e a taxa de substituição da poupança interna pela externa dependeria da variação dos salários e ordenados em relação à apreciação do câmbio e da variação dos lucros em relação ao câmbio. Do lado da demanda, a taxa de substituição da poupança interna pela externa será tanto quanto maior for a elasticidade das exportações em relação à variação da taxa de câmbio e à elasticidade dos investimentos às exportações, e, portanto, do coeficiente relacionando investimentos à variação da taxa de câmbio. A diminuição da poupança interna provocada pela diminuição das exportações e do investimento causada pela apreciação cambial é confirmada pela diminuição da poupança interna causada pelo aumento dos salários reais e pelo aumento do consumo causado pela mesma apreciação do câmbio.

Contudo, da mesma forma em que há substituição da poupança interna pela externa quando há ocorrência de aumento do déficit em conta corrente, pode ocorrer a substituição de poupança externa pela interna quando o déficit em conta corrente ou a poupança externa estiver diminuindo. Neste caso, do lado da oferta, os salários e ordenados cairão, do lado da demanda, as exportações e os investimentos aumentarão, causando a substituição inversa, segundo Bresser-Pereira e Gala (2007).

### **3.2.4 Doença Holandesa**

Conforme Bresser-Pereira e Marconi (2008), Doença Holandesa é o termo utilizado para descrever uma falha de mercado que se origina da exploração de recursos naturais ou humanos baratos e abundantes que mantêm a taxa de câmbio sobre-apreciada por um tempo indeterminado, que por conseqüência acaba prejudicando a produção de bens industrializados. Esse termo foi empregado pela primeira vez em 1977 pela revista "The Economist" para narrar o declínio pelo qual

passava o setor industrial na Holanda após a descoberta de grande fonte de gás natural. Com o início da exploração, a Holanda passou a exportar gás natural em grandes proporções, o que provocou uma maciça entrada de divisas decorrente de suas receitas de exportação. O efeito da entrada de moeda estrangeira foi a forte valorização de sua moeda local (na época, o florim). A valorização cambial atingiu de maneira direta o setor industrial, afetando sua competitividade externa, estimulando as importações, o que levou a um processo de desindustrialização.

No caso brasileiro, Bresser-Pereira e Marconi (2008) analisam o crescimento nas exportações de commodities e a possibilidade de exploração e exportação de biocombustíveis, em especial o etanol, e mais recente a descoberta de fontes de petróleo na camada pré-sal como possíveis fatores desencadeadores de um processo de Doença Holandesa. O crescimento das exportações de *commodities* e suas perspectivas futuras e a conseqüente valorização do real já começou a ter efeitos sobre a indústria brasileira através da perda de competitividade do setor no mercado externo. Desde o início de 1990, quando a abertura comercial e financeira eliminaram os mecanismos que o país utilizava desde 1930 para neutralizar a doença holandesa, vem se verificando um redução na participação da produção de bens manufaturados no total de comercializáveis em relação à participação das *commodities*, confirmando a teoria que prevê que país que tem recursos baratos dos quais deriva rendas ricardianas<sup>11</sup> deixa de tomar as medidas necessárias para neutralizar essa doença.

Em acordo com Bresser-Pereira e Marconi (2008), a partir de 2003, a taxa de câmbio brasileira sofreu sucessivas apreciações, 21,6% foi a média anual de crescimento para o período entre os anos de 2003 a 2007. Enquanto para as exportações de commodities o crescimento foi de 188% na comparação entre 2007 e 2002 e, para os manufaturados, 140% no mesmo período. A balança comercial das *commodities*, ou produtos que geram a doença holandesa, evoluiu positivamente após 1992, enquanto a dos manufaturados (ou produtos que sofrem os efeitos da doença holandesa) sofreu uma retração no mesmo período.

---

<sup>11</sup> De acordo com a teoria econômica o conceito de rendas ricardianas está relacionado à disponibilidade e qualidade dos recursos naturais e aos custos produção. Segundo David Ricardo, a renda da terra se constitui na diferença entre o valor da colheita da renda mais fértil em comparação à renda das terras menos férteis.

Além disso, a evolução da balança comercial de *commodities* ocorreu de forma desassociada da evolução da taxa de câmbio, indicando que outros fatores influem no comportamento das vendas e compras externas destes produtos. Enquanto a evolução da balança comercial dos manufaturados esteve fortemente associada à da taxa de câmbio, indicando que este setor depende de tal taxa para apresentar resultados positivos no comércio externo. O menor crescimento do PIB da indústria brasileira quando comparado com o crescimento do PIB industrial de outros países em desenvolvimento se torna uma evidência do processo de desindustrialização brasileiro causado pela doença holandesa.

Contudo, Bresser-Pereira e Marconi (2008) consideraram a existência de outros fatores responsáveis pelo processo de doença holandesa no Brasil, entre os quais estão a ausência de política científica e tecnológica, a deterioração da infraestrutura e os altos impostos e juros, ou seja, os gargalos estruturais da economia. Pode-se ainda afirmar que a forma mais adequada de fomentar o setor industrial exportador e o seu contínuo desenvolvimento tecnológico, vai de encontro a formas adequadas de utilização das receitas das exportações de *commodities*, de modo que essas receitas fossem aplicadas em recursos humanos, investimentos no setor real, fontes que gerarão riqueza no futuro.

### 3.3 VISÕES DESENVOLVIMENTISTA E SHUMPETERIANA

A introdução de inovações e a presença do empreendedor constituem a essência do processo de mudança e desenvolvimento econômico de acordo com a teoria schumpeteriana. O papel do empreendedor não deve estar restrito ao ato de gerenciar ou administrar uma empresa, o agente que executa a tarefa de empreendedor tem o dever de incorporar a inovação através de novos produtos, novos processos de produção, novas formas organizacionais ou novos mercados. Nesse sentido, a inovação é definida como uma mudança nos métodos de produção, na abertura dos mercados ou ainda a na reorganização da indústria. “A inovação é muito mais que invenção, a invenção não será inovação se estiver fadada ao fracasso”. (BRUE, 2005, p. 466).

A teoria schumpeteriana aborda o desenvolvimento econômico como um procedimento dinâmico fundamentado nas flutuações do investimento privado decorrente das inovações, portanto, que ao interromper o fluxo circular<sup>12</sup> o empreendedor evita que a atividade econômica atinja seu equilíbrio estático. O empreendedor utiliza o crédito como instrumentos para financiar os meios de produção de sua empresa. Segundo Simonsen e Cysne (1995), a atividade econômica ocorre em duas etapas: a de prosperidade e a de depressão. A fase de prosperidade da economia é caracterizada pela introdução de inovações acompanhada pela expansão do crédito, do aumento dos preços e da renda; enquanto que a de depressão é a fase em que incide a adaptação do mercado às inovações e a contração monetária devido ao pagamento das dívidas contraídas durante a primeira fase. Dessa forma, conforme Brue (2005), as instabilidades econômicas representam o processo de adaptação à inovação, ou seja, o mesmo processo que gera desenvolvimento econômico também gera instabilidade, e cada recessão apresenta uma oportunidade para novas inovações.

### **3.3.1 O Novo Desenvolvimentismo**

Segundo Bresser-Pereira (2006), os fundamentos do desenvolvimentismo foram abalizados nas teorias estruturalistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) desenvolvidas após a Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimentismo é conceituado como uma estratégia nacional de desenvolvimento que atribui ao Estado e suas instituições um papel fundamental no desempenho da economia. O desenvolvimentismo fez parte da história de muitos países da América Latina, no qual tiveram suas revoluções industriais tardias, sua fase mais marcante no Brasil incidiu entre os anos 1930 e 1970, período em que o país passou a formular estratégias nacionais de desenvolvimento que objetivavam a proteção da indústria nacional nascente e a promoção de poupança forçada por meio do Estado. Kupfer (2009) ao citar Prebisch, um dos fundadores do pensamento estruturalista latino-americano, enfocou o papel do Estado na condução do

---

<sup>12</sup> O fluxo circular parte do pressuposto que a atividade econômica ocorre de forma contínua, no qual se observa a reprodução econômica em equilíbrio estático, onde cada bem produzido encontra seu mercado.

desenvolvimento do setor industrial, uma vez destacada a importância do padrão de especialização na economia e o fato dos países periféricos possuírem uma tendência à especialização indesejada decorrente do período colonial, reforçando a idéia de necessidade de um projeto nacional de estrutura industrial. A estratégia de desenvolvimento foi baseada na possibilidade de exportação de produtos manufaturados ou produtos primários de alto valor agregado.

Bresser-Pereira (2006) examina o fracasso das políticas convencionais ortodoxas de caráter neoliberais adotadas a partir do final da década de 1980, em especial à crise global de 2008, como um momento de reestruturação e atualização das teorias estruturalistas, uma vez que os países da América Latina encontram-se sob uma nova realidade histórica no qual realizaram suas revoluções industriais. Esse novo discurso sobre a formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento nos países em desenvolvimento foi denominado como o novo desenvolvimentismo, no qual representa um conjunto de idéias que permite às nações em desenvolvimento rejeitar as propostas e pressões dos países ricos de reforma e de política econômica, como a abertura total da conta capital e o crescimento da poupança externa. O novo desenvolvimentismo somente faria sentido a partir de um consenso interno promovido entre empresários do setor produtivo, trabalhadores, técnicos do governo, e classes médias profissionais.

Diante da competição entre os Estados decorrente da globalização, torna-se fundamental o fortalecimento do Estado no se refere à parte fiscal, administrativa e política. Visto que para alcançar o desenvolvimento o Estado deve aumentar a taxa de crescimento através da promoção de uma poupança pública positiva e investimentos. Sendo assim, as instituições são vistas como parte integrante do sistema e devem responder a necessidade da sociedade, sendo esta, compatível com a dotação dos fatores de produção.

Bresser-Pereira e Gala (2010) realizaram um comparativo entre a teoria estruturalista original e a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, dos oito pressupostos existentes da teoria estruturalista original citado por Ricardo Bielschowsky (1988 *apud* BRESSER-PEREIRA E GALA, 2010, p. 4) foi observada a conservação de quatro, a modificação e de um, a superação de dois, o abandono de um e o acréscimo de cinco. As quatro idéias mantidas foram: a tendência à

deterioração dos termos de troca, o caráter estrutural do desenvolvimento, o subdesenvolvimento como contrapartida do desenvolvimento e a tendência dos salários a crescerem menos do que produtividade devido à oferta ilimitada de mão-de-obra.

A idéia modificada refere-se ao papel do Estado na economia, na teoria original ele é considerado central no desenvolvimento, enquanto que para a macroeconomia estruturalista ele representa um papel estratégico e indutor do desenvolvimento. Uma das idéias superadas corresponde à tese da indústria infante, já que o Brasil superou a fase de industrialização, a necessidade de proteção à indústria manufatureira nacional e a estratégia de industrialização substitutiva de importações; a outra idéia superada corresponde a inflação estrutural, pois países de renda média podem apresentar taxas de inflação baixa.

O modelo dos dois hiatos no qual afirmava que os países latino-americanos enfrentavam permanente restrição de divisas que precisariam ser financiadas por déficits em conta corrente através de empréstimos ou investimentos externos foi o pressuposto abandonado pela macroeconomia estruturalista. O abandono deste pressuposto teve como condicionante a introdução de duas idéias novas: a primeira é que déficits em conta corrente incorriam na tendência à sobrevalorização da taxa de câmbio criando insuficiência de demanda para exportações e a segunda seria a crítica concernente às políticas de crescimento com poupança externa que provocariam apreciação da moeda nacional e substituição da poupança interna pela externa. Outro pressuposto adicionado à macroeconomia estruturalista refere-se à manutenção da taxa de câmbio competitiva, ou seja, ela deve corresponder ao “equilíbrio industrial” para garantir o aumento da poupança interna e do investimento voltado para a exportação.

A percepção da doença holandesa como uma falha de mercado que sobreaprecia a taxa de câmbio e impede a mudança estrutural provocando baixo crescimento manufatureiro e rápido crescimento do setor de serviços, salários médios elevados em relação ao nível de desenvolvimento econômico e desemprego é mais um dos pressupostos adicionados pela macroeconomia estruturalista. É possível medir a gravidade da doença holandesa pela diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio industrial e a de equilíbrio corrente, a neutralidade da doença

holandesa pode ser alcançada através de políticas de administração de taxa de câmbio ou através de um imposto sobre as exportações das commodities que seja relativo a diferença entre a moeda nacional e estrangeira. Conforme Bresser-Pereira e Gala (2010) o déficit público enfraquece o estado e causa inflação, devendo ser evitado a não ser em momentos de recessão. “Para que haja desenvolvimento é necessário que a economia do Estado seja solvente; ora, os déficits em conta corrente o enfraquecem, o torna dependente dos credores externos, além de causarem inflação”. (BRESSER-PEREIRA e GALA, 2010, p. 20). Sendo assim, a responsabilidade fiscal fecha a lista de pressupostos.

Bresser-Pereira e Gala (2010) também realizaram uma análise comparativa do novo desenvolvimentismo com o velho desenvolvimentismo e do novo desenvolvimentismo com a corrente ortodoxa convencional. Conforme o novo desenvolvimentismo a industrialização não deve ser orientada pelo estado e baseada na substituição de importações, como afirma o velho desenvolvimentismo, ela deve ser orientada para as exportações combinada com o consumo de massas no mercado interno. O papel do estado, que no velho desenvolvimentismo estava compreendido em obter poupança forçada e realizar investimentos, no novo passou a ser criar oportunidades de investimento e reduzir a desigualdade econômica. A política industrial considerada central no velho desenvolvimentismo, no novo ela é interpretada como subsidiária e estratégica no desenvolvimento da economia. O novo desenvolvimentismo rejeita os déficits, além disso, no caso de um país apresentar doença holandesa, ele defende o superávit fiscal e na conta corrente, não tolerando qualquer nível de inflação.

No comparativo realizado entre o novo desenvolvimentismo e a corrente ortodoxa convencional, Bresser-Pereira e Gala (2010) abordam a questão do banco central no desenvolvimento da economia, a ortodoxia convencional afirma que o único compromisso do banco central é o combate à inflação, enquanto o novo desenvolvimentismo, além da inflação, considera a taxa de câmbio e o emprego. O banco central dispõe como instrumento de política econômica a taxa de juros de curto prazo e governo a política fiscal segundo a ortodoxia convencional enquanto que para o novo desenvolvimentismo o banco central e o governo podem, além desses fatores, utilizar a compra de reservas e o controle de capitais. O padrão fiscal em vez de ser definido em termos de superávit primário como afirma a ortodoxia

convencional, no novo desenvolvimentismo ele deve ser definido de forma mais rigorosa em termos de déficit público e poupança pública, além disso, a taxa de câmbio deve ser flutuante, contudo, administrada, pois o objetivo é a taxa de câmbio de equilíbrio industrial. O novo desenvolvimentismo dá destaque à política de salário mínimo e de rendas para que os salários cresçam com a produtividade.

### **3.3.2 Políticas industriais, de tecnologia e de comércio exterior**

O discurso do uso de políticas industriais está no âmbito da questão da intervenção do estado na economia. Segundo Ferraz, Paula e Kupfer (2002), a corrente desenvolvimentista considera três conjuntos de condicionantes: o contexto específico; o tempo histórico; e, o contexto internacional. O Estado deve desempenhar um papel ativo e não apenas corretivo na política industrial, sua função consiste em promover o desenvolvimento através da combinação de taxas de crescimento econômico altas e sustentadas e mudança estrutural no sistema produtivo. De acordo com a teoria desenvolvimentista, o Estado deve fazer uso de todos os instrumentos de política econômica, essas políticas devem beneficiar o setor privado, a empresa nacional, e priorizar o crescimento, a rivalidade, e a produtividade. Nesse sentido “o Estado-desenvolvimentista lidera o mercado, pois as autoridades tomam iniciativas sobre que produtos e tecnologias deveriam ser encorajados, mobilizando os necessários instrumentos de incentivo e regulação”. (FERRAZ, PAULA E KUPFER, 2002, p.554).

De acordo com a corrente desenvolvimentista, dentre as principais razões para a intervenção do estado na economia está a proteção à indústria nascente, no qual incide em duas premissas básicas: na primeira, os custos de produção tendem a se reduzir na medida em que os fabricantes se aproveitam das economias de aprendizagem; e, na segunda, a proteção deve ser de caráter temporário. Além da proteção a indústria nascente, o Estado deve concentrar suas estratégias de política industrial no setor manufatureiro, no capital intelectual, no *learning by doing*, e na implantação de tecnologias estrangeiras mais avançadas. De acordo com Gerscenkton (1962 *apud* FERRAZ, PAULA E KUPFER, 2002, p.554), os países em desenvolvimento devem copiar um mapa produtivo existente e fazer uma nação



crescer a taxas superiores aos líderes internacionais, em um processo de emparelhamento (catching-up).

As políticas praticadas por cada nação, em especial quando o processo de industrialização envolve um período de tempo muito longo, levam em consideração as diferenças existentes em termos de taxa de crescimento, estrutura e composição da indústria e ideologia. Entretanto, os principais desafios para a corrente desenvolvimentista estão associados à capacidade do Estado em sua forma de intervenção frente às mudanças na indústria.

Conforme Lopes Filho, Xavier e Fernandes Filho (2009), a ligação teórica entre competitividade tecnológica internacional e comércio exterior surgiu das lacunas existentes dos modelos tradicionais de comércio e crescimento, no qual tendem explicar os padrões de comércio internacional através das forças competitivas de cada país, considerando a variável tecnológica como exógena. Outra razão seria a dificuldade de explicar a crescente participação dos países e desenvolvimento no comércio mundial de produtos de maior conteúdo tecnológico.

Ainda em consonância com os autores Ferraz, Paula e Kupfer (2002), as principais variáveis utilizadas para mensurar tecnologia são gastos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e patentes. Elementos necessários no processo de criação e na manutenção de vantagens comparativas em uma economia cujos mercados são altamente dinâmicos; contudo, “as vantagens conquistadas por algum tipo de inovação podem ser perdidas com o decorrer do tempo por meio da imitação, obsolescência e padronização do produto”, segundo Vernon (1966 *apud* LOPES FILHOS, XAVIER e FERNANDES FILHO, 2009, p. 186).

Madsen (2004 *apud* LOPES FILHO, XAVIER e FERNANDES FILHO, 2009, p. 187), a fim de constatar os efeitos de patentes sobre os produtos domésticos em seus mercados exportadores, analisou as influências do nível de competitividade tecnológica e da variedade dos produtos sobre as exportações. Como diagnóstico de sua análise, foi verificado que as patentes externas possuem dois efeitos sobre as exportações; o primeiro que as atividades inovativas determinaram o crescimento da exportação nos anos 90 e, o segundo que as patentes externas aumentaram a parcela de mercado externo para as exportações

do país patenteador. Além disso, também foi verificado que os estoques de P&D não influenciam o total de exportações dos países de OECD, e que sua utilização é predominantemente direcionada para a imitação e manutenção do conteúdo tecnológico dos produtos na fronteira tecnológica.

Segundo Barrel e Pomerantz (2006 *apud* LOPES FILHO, XAVIER e FERNANDES FILHO, 2009, p. 188), três fatores determinam as exportações dos países industrializados: mudanças competitivas, intensidade tecnológica da produção e acordos de integração comercial. Além disso, o desempenho exportador deve estar mais bem relacionado aos avanços tecnológicos e aos processos de integração regional do que aos fatores ligados à competitividade via custos. Já Anderson e Ejerme (2006 *apud* LOPES FILHO, XAVIER e FERNANDES FILHO, 2009, p. 188) analisaram a relação entre especialização tecnológica e especialização comercial e verificaram uma intensa correlação entre esses fatores, nesse sentido, demonstraram que as vantagens comparativas são dinâmicas, uma vez que podem ser perdidas ou reforçadas com investimentos na construção de capacitação tecnológica. O governo, por sua vez, como formulador de políticas públicas tem o dever de promover a inter-relação entre os fatores envolvidos no processo inovativo (como P&D, IDE e investimento em habilidades humanas).

Segundo Kupfer (2009), a globalização tecnológica exige mudanças estruturais na matriz industrial o que resulta na necessidade de busca por especialização de trabalhadores e profissionais técnicos do ramo. Kupfer (2009) utiliza uma metáfora elaborada pelo historiador Fernand Braudel para descrever o processo de desenvolvimento econômico, que “comparou esse processo a uma corrida de revezamento na qual a tecnologia cumpre o papel do bastão que vai sendo passado entre países, em sucessivos ciclos históricos longos.” (KUPFER, 2009, p. 211).

Não basta somente buscar a tecnologia no exterior e empregá-la, é necessário capacitação para administrá-la e mantê-la. Além disso, o produto deve ser competitivo em questão de qualidade e quantidade para que possa ter um valor reconhecido no mercado, não só interno, mas externo também. Conforme Kupfer (2009), empresas líderes inovam o mercado, lançando novidades, o que se chama de trajetórias evolutivas progressivas, e empresas de menor expressão correm atrás

para replicar estas inovações. Assim funciona a competitividade no mercado comercial e industrial, esse dinamismo tecnológico de toda a estrutura produtiva é cíclico e atemporal, ou seja, pode ocorrer rapidamente como pode demorar longos períodos. Ignorar essa política de criação do novo e reconversão do velho pode condenar o esforço de mudança estrutural a resultados indesejados em matéria de desenvolvimento.

Para Kupfer (2009), a questão da mudança estrutural dos países em desenvolvimento rumo ao processo do *catching-up*, que divide opiniões no mundo acadêmico, possui dois pontos de vista distintos: autores que imaginam que a convivência com países já ricos traz uma dificuldade adicional nos termos mencionados por Frierdich Litz para justificar a adoção de mecanismos de proteção da indústria nascente nos países mais atrasados. É um exemplo de autores que crêem no progresso técnico impelido pela intensidade e direção do investimento realizado em P&D, conhecido como *technology push*, o que ampliaria a desigualdade de riqueza entre as nações e causaria um alargamento do hiato tecnológico. Seria uma das visões de Rosemberg, ou seja, o problema dos países subdesenvolvidos é a sua contemporaneidade com os países desenvolvidos; outros autores imaginam que a experiência dos países pioneiros dá abertura para “pulo de etapas” para os subdesenvolvidos, facilitando o processo de emparelhamento, como sugeriu Alexander Gerschenkron, quando abordou sobre as vantagens do atraso. Segundo Kupfer, autores como Gerschenkron crêem num espaço para crescimento interno do progresso técnico nos países subdesenvolvidos, através da adaptação de tecnologias importadas às suas condições.

Em uma perspectiva Schumpeteriana, Kupfer (2009) afirma que subsistem restrições ao potencial do *learning-by-doing* como alternativa de qualificação tecnológica no caso desses países atrasados. Contrariando teorias neoclássicas, no qual interpreta o aprendizado tecnológico como um processo dependente de tempo, a perspectiva schumpeteriana considera outros fatores condicionantes relativos ao progresso técnico como, por exemplo, as oportunidades, a cumulatividade e a apropriação.

O processo de crescimento desenvolvido pelo Japão e os tigres asiáticos denominou o modelo asiático de desenvolvimento, que consistiu numa inserção

internacional em indústrias globalizadas, intensivas em trabalhos, como tecidos e calçados, e mais tarde se dedicaram a bens de consumo duráveis e produtos sofisticados, seguindo para exportação de produtos com tecnologia de ponta. A preocupação nesses países após suas crises em investir na educação e pesquisa tecnológica seria um dos grandes segredos deste modelo asiático.

Recentemente a China vem trazendo experiências em transição estrutural distinta, entrou no clube dos países exportadores de alta tecnologia em 2002 sem desviar atenções nos produtos tradicionais, onde é líder em produção e exportação. Essa façanha resultou de uma ousada arquitetura de políticas como manutenção do câmbio relativamente desvalorizado, crédito facilitado para novos empreendimentos, controle de entrada de capitais financeiros e de risco, política industrial, tecnológica e comercial ativa no direcionamento de investimentos, entre outros fatores.

Na América Latina, o Brasil, após uma década de crescimento do produto industrial, da média salarial e da produtividade, no início dos anos 1960 o comportamento negativo de certos indicadores macroeconômicos apontava para o esgotamento da questão do “desenvolvimentismo industrialista” (KUPFER, 2009, p. 216) e indicava novos obstáculos estruturais a serem superados.

O país então conseguiu uma grande evolução com a introdução de indústrias com níveis de produtividade muito mais elevados, do que valores habitualmente exibidos pela indústria tradicional pré-existente. A partir da década de 1970 foram incorporados investimentos no setor industrial voltado para produção de *commodities*, fábricas modernas com tecnologia adequada e níveis de eficiência satisfatórios possibilitaram uma maior competitividade com as indústrias internacionais. Porém o subdesenvolvimento permaneceu, pois setores de *commodities* com alta produtividade acabaram com um lento crescimento da produtividade, não tendo surgido inovações que comprometessem seus processos produtivos. Portanto, essa mudança estrutural não foi capaz de sustentar posteriormente esse desempenho.

Kupfer (2009) argumenta que “a estagnação vivida no início dos anos 1980 encontrava sua principal causa estrutural na ausência de um setor de bens de capital eficiente e diversificado [...] capaz de alavancar o investimento com a

intensidade requerida pelo quadro macroeconômico pouco favorável da época” (KUPFER, 2009, p. 216). Apesar do fraco desempenho da economia brasileira no período, foi considerada boa a produção local de bens de capital, pois ganhou peso na estrutura do valor adicionado industrial e surgiram grandes empresas nacionais, além da vinda de empresas transnacionais para o país. Porém, setores de produtos homogêneos foram os que melhor se ajustaram, em vista da inserção exportadora que conseguiram desenvolver no período anterior.

Já na década seguinte, 1990, com o projeto de abertura comercial e financeira, o setor industrial perdeu fôlego como foco de política econômica. Instalou-se a política econômica com pouca atenção dedicada ao problema do desenvolvimento, preocupando-se em tentar assegurar a estabilidade macroeconômica comprometendo as políticas estruturantes de longo prazo.

Apenas nos primórdios do governo Lula, após anos de, como expressa Kupfer, “chumbos impostos pelos dogmas neoliberais” (KUPFER, 2009, p. 217), indústrias de elevado conteúdo tecnológico como softwares, semicondutores, farmacêuticas e bens de capital, como os setores ausentes a serem desenvolvidos. A segunda fase da política industrial, aplicada no segundo mandato do governo, reforçou a tese, consagrando o tema da inovação como o foco central das iniciativas de desenvolvimento industrial.

O que acontece é que a indústria brasileira ainda não reuniu massa crítica para que ligações em rede comecem a ser estabelecidas no ritmo necessário, como expressa Kupfer. O principal objetivo da política tecnológica seria, para os próximos anos, favorecer o estabelecimento das ligações entre diversos nós que hoje ainda estão desconectados. O petróleo, em cerca de 20 anos, conseguiu construir um sistema setorial de inovação bastante denso, especialmente naquilo em que comprova o potencial que o poder de compra das grandes empresas pode proporcionar em matéria de oportunidades de inovação. Por isso, sabe-se que esses setores terão que enfrentar nova fase de transformações em uma já longa história de ajustes estruturais visando a sobrevivência.

Segundo Kupfer, o papel da indústria na economia nacional brasileira, em uma perspectiva a longo prazo provavelmente não será nem uma plataforma de

exportação mundial e nem um grande importador de bens tradicionais. O peso da indústria no PIB brasileiro não será tão alto como nos caso dos tigres asiáticos e tampouco baixo quanto dos países pós-industriais. O Brasil rumará para uma indústria tradicional organizada em dois grupos. De um lado, empresas poderão se beneficiar da exuberância de nosso mercado interno, mas, de outro, terão que competir com produtos importados acirradamente. Será necessário exportar uma parcela da produção e buscar todas as oportunidades existentes no comércio internacional. Uma vantagem brasileira é que mesmo nos setores com sérias deficiências competitivas existe um núcleo de empresas de excelência que podem fornecer modelos concretos para um processo de busca das melhores práticas na indústria que conduzem ao desempenho superior interno.

Em sua conclusão, Kupfer avalia que enquanto houver progresso técnico, haverá história e, portanto, haverá Estado. No Brasil, o liberalismo dos anos 1990 ficou longe de produzir o fim da história, mas quase produziu o fim do governo. Não houve inovações tecnológicas, tampouco crescimento e muito menos desenvolvimento. Com a superação do neoliberalismo, é necessária a reconstrução do Estado e da capacidade da sociedade conceber e implementar políticas necessárias para a construção de seu patrimônio.

### **3.3.3 Construção de um Sistema Nacional de Inovações**

Sob uma perspectiva evolucionista, inspirada em schumpeter, a política industrial destaca as relações entre estrutura de mercado, estratégias empresariais e progresso técnico. Nesse sentido, as estratégias empresariais possuem a capacidade de alterar as próprias economias de mercado, sendo esse processo mais intenso em setores com maior mudança tecnológica.

Conforme Ferraz, Paula e Kupfer (2002), os economistas ligados a esta corrente evolucionista pressupões que a racionalidade limitada, a assimetria de informação e a externalidades não são apenas falhas de mercado, mas sim, a razão de ser do processo de acumulação e crescimento de uma economia de mercado. A competição faz parte do processo dinâmico e as empresas investem na formação de competências para criar assimetrias competitivas, diferenciar produtos e ganhar

posição no mercado. Essa abordagem considera quatro elementos fundamentais: a concorrência por inovação tecnológica, no qual considera a competição via inovações e seus efeitos dinâmicos; inter-relação entre agentes econômicos que expressa o conceito de aprendizagem por inovação; estratégias, capacitação e desempenho que definem parâmetros de eficiência produtiva e diferenciação de produtos; e, a importância do ambiente e processo seletivo que fortalece a importância econômica das tecnologias superiores ao longo do tempo.

Em detrimento a essa idéia, a lógica schumpeteriana parte do processo e concorrência pela inovação, no qual o investimento é pleno de incertezas, abrindo margem para a atuação do Estado a fim de orientar as empresas a experimentar, descobrir e introduzir produtos, serviços e processos superiores aos existentes em mercado específico. A política pública em questão é a de inovação, o Estado atribui prioridade as políticas antitrustes e estimula as empresas a desempenharem novas capacitações, a intervenção pública deve dar apoio tanto ao lado da demanda através de subsídios para agentes interessados na difusão de novas tecnologias, quanto pelo lado da oferta apoiando iniciativas de construção da capacitação de novas tecnologias.

Ainda em consonância com Ferraz, Paula e Kupfer (2002), os instrumentos de intervenção constituem no subsídio de projetos de alta intensidade, incentivos à pesquisa e desenvolvimento, financiamento em condições preferenciais para a inovação, compras do setor público, e a disponibilidade de capital de risco para novos investimentos, além de medidas orientadas a garantir a apropriabilidade privada do investimento tecnológico e manter padrões técnicos.

O discurso que cerca a questão do desenvolvimento econômico tem contemplado importantes modificações nos últimos anos, uma vez que a visão de curto prazo tem sido suprida pela de longo prazo com cada vez mais freqüência no cenário latino-americano. Segundo Rodríguez (2002), a globalização e a revolução tecnológica são dois temas relevantes que merecem destaque na análise desse processo, pois são fatores considerados importantes que estabelecem uma ligação entre políticas de curto e longo prazo e auxiliam na formulação de estratégias macroeconômicas de desenvolvimento.

A globalização em termos reais resulta no aumento da divisão internacional do trabalho, em especial do comércio industrial; enquanto que em termos financeiros implica no aumento dos fluxos de capitais de risco e na expansão das transações financeiras. Já a revolução tecnológica está associada à geração de novos bens e serviços e à melhora de sua qualidade ocasionando muitas vezes modificações nos padrões de consumo. Agregado ao conceito de revolução tecnológica tem-se as tecnologias de informação, estas, por sua vez, possuem a propriedade de transformar os métodos de produção propriamente ditos. Os efeitos da revolução tecnológica se refletem no emprego, nas especificidades das economias periféricas (desemprego e baixo nível de produtividade),

Conforme Rodríguez (2002), se por um lado a globalização proporciona o aumento da divisão do trabalho melhorando o desempenho econômico dos países através de um maior dinamismo do comércio e produção mundial, por outro, a globalização permite a existência de uma “brecha tecnológica” entre países centrais e periféricos, ocasionando “assimetrias estruturais” derivadas da diferença da capacidade de inovar e do grau de integração entre as atividades produtivas e as empresas que as compõe. Além disso, existem dois itens adicionais que compõe o quadro de elementos do processo da globalização que não são favoráveis às economias periféricas, o risco externo e a assimetria financeira.

Até 1980 o progresso técnico, baseado em teorias keynesianas e neoclássicas, foi considerado uma variável exógena no sistema econômico. No entanto, novas abordagens tem examinado a questão da tecnologia como um processo endógeno das empresas e do meio em que elas estão inseridas, como analisa Rodríguez (2002). Esse processo, por sua vez, acontece a partir das inovações que dependem do acúmulo de conhecimento. Dessa forma, a infraestrutura tecnológica de uma economia é formada por entidades públicas ou privadas que tem objetivo de investigar e desenvolver inovações formando um Sistema Nacional de Inovações (SNI). O autor destaca três pontos fundamentais do SNI que reflete a brecha tecnológica existente entre os países centrais e periféricos, a primeira refere-se ao fato das empresas nos países periféricos começarem suas atividades em desvantagem na questão de acumulação de conhecimento e pela capacidade de inovar; o segundo trata da importância entre as relações entre as



empresas e o terceiro refere-se à diferença entre a estrutura tecnológica e a capacidade de formar recursos humanos de qualidade entre os dois tipos de países.

Nesse sentido, Rodríguez (2002) relaciona os condicionantes econômicos essenciais que devem fazer parte da construção das estratégias de desenvolvimento de uma nação tendo em vista o processo de globalização e o progresso tecnológico: a viabilidade e eficiência na superação das assimetrias relacionadas às restrições externas e ao combate do desemprego; formulação de políticas de longo prazo, em especial as que favoreçam o SNI, que tem o objetivo de superar o subdesenvolvimento através da expansão de setores providos de tecnologias mais avançadas, com processos de inovações mais dinâmicos e maior acumulação de conhecimento; cooperação internacional, no qual prevê acordos regionais entre países que possibilite transformações estruturais e dinamismo para economias periféricas, ampliação do mercado e maior divisão do trabalho; e, por fim, a formulação políticas de curto prazo que sejam compatíveis com as de longo prazo, prezando os superávits fiscais, a estabilidade de preços, a estabilidade das contas externas e a regulamentação do sistema financeiro. Ao finalizar sua análise, o autor enfatiza a questão do Estado na condução das políticas macroeconômicas em paralelo às políticas de equidade social.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos do trabalho foram alcançados com a discussão do desempenho da economia, apresentada no segundo capítulo, e com a análise das diferentes correntes de pensamento econômico presentes no Brasil. O levantamento dos dados da economia brasileira e a análise relacionada ao contexto em que se enquadravam as políticas macroeconômicas propiciaram um melhor entendimento de como a economia tem se desenvolvido nas últimas duas décadas e serviram de base para a elaboração do capítulo seguinte. Pode-se verificar que um dos grandes desafios do governo foi conquistar e preservar a confiabilidade dos agentes econômicos na garantia de que a inflação não voltaria ao caráter inercial. A atuação do governo foi caracterizada por uma política monetária e fiscal restritiva, taxa de juros elevadas, regime de câmbio flutuante, superávits primários e regime de metas de inflação. As consequências dessa política econômica foram uma melhora da atividade econômica geral (mas não o suficiente para se alcançar um crescimento econômico sustentado), uma melhora das exportações e contínua e elevada dívida pública.

As interpretações da economia brasileira contemporânea abordaram diversas questões importantes que puderam ser explanadas conforme a corrente teórica correspondente. No caso da visão neoclássica, foi analisado o regime de metas de inflação, considerado por esta abordagem um dos fundamentos da política econômica. A experiência brasileira com o regime de metas de inflação foi objetivo central do texto de Arestis, Paula e Ferrarri (2009), que apesar da teoria afirmar ser possível alcançar a estabilização do produto na economia através do regime de IT, não foram verificadas diferenças significativas entre os países que adotaram o regime de IT e os que não adotaram.

Os neoclássicos consideram a idéia de que os ganhos da liberalização dos movimentos de capital possuem a mesma natureza que os ganhos da liberalização comercial e os obstáculos à livre movimentação de capitais distorceriam a alocação de recursos e do capital. Já os keynesianos defendem a medida de controles de capitais e consideram que a incerteza fundamental que cerca as decisões dos agentes econômicos se traduz pela incerteza do futuro devido a livre decisão dos agentes. Em relação a questão da poupança externa no Brasil, foi realizada uma crítica keynesiana, que considera a política de crescimento com poupança externa prejudicial ao país mesmo quando os déficits em conta corrente não provocam crise no balanço de pagamentos e fragilização financeira, isso porque, o financiamento externo realizado tanto através de empréstimos como investimentos diretos se transformaria em consumo. Além disso, a administração da taxa de câmbio através de políticas de crescimento com poupança externa acarretaria déficits em conta corrente através da apreciação da taxa de câmbio. A doença holandesa brasileira tem se manifestado no crescimento nas exportações de commodities e a possibilidade de exploração e exportação de biocombustíveis, em especial o etanol, e mais recente a descoberta de fontes de petróleo na camada pré-sal.

A intervenção do Estado, para a visão neoclássica, deve ser realizada de forma passiva e sua aplicação somente deve ocorrer em caso de falhas de mercado, além disso, sua finalidade deve ser estritamente corretiva. As políticas monetária, fiscal e cambial sobre o atual regime de política macroeconômica são interdependentes, pois em regime de câmbio livre, mudanças bruscas no câmbio geradas pelo choque direto nos preços ou pelas expectativas de inflação tendem a provocar variação na taxa básica de juros.

Por fim, coloca-se a importância do surgimento de um novo pensamento sobre o desenvolvimento da economia brasileira constituído por estratégias nacionalistas como o fortalecimento do estado, denominado novo desenvolvimentismo. Contudo essa nova abordagem se diferencia em diversos aspectos do velho desenvolvimento e da economia ortodoxa. Uma das principais finalidades do último capítulo foi relacionar esse novo pensamento com as necessidades de desenvolvimento que tem se estabelecido com a globalização, a importância de investimentos em setores com melhores tecnologias, uma

concorrência fundamentada em inovações e no progresso tecnológico, pensamento inspirado em schumpeter.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Um balanço preliminar do Governo Lula: a grande mudança medida pelos números. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, n.58 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/058/58almeida.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

ALVES JUNIOR, Antonio J.; FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luis Fernando de. Crise cambial, instabilidade financeira e reforma do sistema monetário internacional. In: FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luis Fernando de (orgs). **Globalização financeira: ensaios de macroeconomia aberta**. Petrópolis: Vozes, 2004. cap.10, p. 369-400.

ARESTIS, Philip; PAULA, Luiz Fernando de; FERRARI-FILHO, Fernando. A nova política monetária: uma análise do regime de metas de inflação no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 1-30, abr. 2009.

BALISTIERO□, Ricardo. A política econômica do Governo Lula: avaliações e tendências. **Revista Eletrônica Academos**, 2006. Disponível em: <[http://intranet.fia.edu.br/aceso\\_site/fia/academos/revista2/3.pdf](http://intranet.fia.edu.br/aceso_site/fia/academos/revista2/3.pdf)>. Acesso em 22 mai. 2010.

BORGES NETO, João Machado. Governo Lula - uma opção neoliberal. In: PAULA, João Antonio de (org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do Governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 68-91.

BRUE, Stanley L. **História do pensamento Econômico**. 6.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em 30 mai. 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Macroeconomia do Brasil pós-1994. **Análise Econômica**, 2003. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2003/80-MacroBrasilPos94.pg.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Por que a poupança externa não promove crescimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n.1, p. 3-19, jan./mar. 2007.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento e o novo desenvolvimento**. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/10.02.Macroeconomia\\_estruturalista\\_desenv\\_Gala.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/10.02.Macroeconomia_estruturalista_desenv_Gala.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. **Existe doença holandesa do Brasil?** In: FÓRUM DE ECONOMIA da FGV, São Paulo, n.5, 2008.

CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 101-134, jan./abr. 2006.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SICSÚ, João; Controvérsias recentes sobre controles de capitais. In: SICSÚ, João; FERRARI-FILHO, Fernando (orgs). **Câmbio e Controle de Capitais**. Rio de Janeiro: Campus, 2006. cap. 1, p. 1-28.

FALCÃO SILVA, Maria L. Plano Real e âncora Cambial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 3-24, jul./set. 2002.

FARIA, Luiz Augusto E. O crescimento e os (maus) conselheiros do Presidente. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, vol. 34, n. 4, 2007.

FERRARI FILHO, Fernando; CORAZZA, G. A política econômica do Governo Lula: questionando a continuidade e a mudança. **Análise Econômica**, Porto Alegre, FCE-UFRGS, ano 21, n. 4, p. 283-289, set. 2003.

FERRAZ, Carlos Ferraz; PAULA, Germano Mendes; KUPFER, David. Política industrial. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (orgs.). **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. cap. 23, p. 545-567.

FOLHA ONLINE. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u641276.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7.ed. São Paulo: Atlas. 2008. cap.18, p. 443-505.

KUPFER, David. Em busca do setor ausente. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (orgs.). **Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009. cap.21, p. 211-221.

LOPES FILHO, Lúcio Baltazar; XAVIER, Clésio Lourenço; FERNANDES FILHO, José Flores. Tecnologias e Exportações Setoriais nos BRICS. In: VIEIRA, Flávio Vilela (org.). **Economia e desenvolvimento em países emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China, BRIC**. Capinas: Alínea, 2009. cap. 6, p. 185-221.

MARQUES, Maria Sílvia Bastos. O Plano Cruzado: teoria e prática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 101-130, jul./set. 1988.

MELO, Giovani Monteiro; RODRIGUES JUNIOR, Waldery. **Determinantes do investimento privado no Brasil: 1970-1995**. Brasília: IPEA, nov. 1998. (Texto para discussão, n. 605).

MORAES JUNIOR, Aod Cunha de. O crescimento em 2004 e os limites da política macroeconômica. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, v. 33, n. 1, p. 41-54, jun. 2005.

PESSOA, Samuel. Duas Visões a Respeito das Estratégias de Desenvolvimento. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (orgs.). **Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009. cap. 8, p. 71-81.

RODRÍGUEZ , Octavio. La agenda del desarrollo. **III Conferência Internacional de la Red de Estudios sobre el Desarrollo Celso Furtado**, set. 2002.

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

TOYOHSIMA, Silvia Harumi. Os conceitos de ajustamentos ricardianos, keynesianos e schumpeterianos e a questão do emprego na economia brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 36-52, 2000.